

Departamento de Economia Política

**Turismo Comunitário como Factor de Desenvolvimento Local em  
S. Tomé e Príncipe: O Caso do Projecto “Voador Panhá”**

**Darine Luciano do Espírito Santo Neto**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientador:

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado  
ISCTE-IUL

Janeiro, 2011

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me guiado nesta caminhada.

De uma forma muito especial agradeço ao meu professor e orientador Rogério Roque Amaro, pela paciência, pelos ensinamentos, incentivo à pesquisa, ao aprendizado e pelos seus comentários.

Um especial agradecimento a Bárbara Ferreira pela revisão, correcção e sugestão na fase final do trabalho.

Agradeço a minha mãe Páscoa Neto pelo apoio moral e pelo incentivo a continuar e a minha irmã Elaine Neto pelos momentos de apoio.

Ao professor António Mesquita Guimarães pela simpatia com que se dispôs a ajudar-me quando necessitei.

A todos os entrevistados, porque sem eles não conseguiria obter os dados essenciais para a investigação.

As minhas amigas Ester Costa Alegre e Gina Afonso que estavam sempre disponíveis a apoiar-me e a incentivar-me.

Não posso esquecer do meu amigo Adilson Mendes que esteve sempre comigo nas minhas idas e vindas do S. João dos Angolares.

Agradeço também ao pessoal da Direcção do Turismo e Hotelaria de S. Tomé e Príncipe, principalmente a Ricardina Cotu pela ajuda.

## **RESUMO**

A presente dissertação foi realizada enquanto requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais - Análise e Gestão.

O objectivo desta investigação centra-se na análise e compreensão da importância de iniciativas no âmbito do turismo comunitário para o desenvolvimento local. Assim, o quadro teórico deste estudo gira em torno de conceitos como o desenvolvimento local, a participação e o turismo comunitário. O estudo pretende especificamente analisar um projecto de desenvolvimento intitulado por “Voador Panhá” que teve o seu início em Dezembro de 2009, na comunidade de S. João dos Angolares, situada na zona sul da Ilha de S. Tomé. Este projecto foi promovido pela Associação de Desenvolvimento Local “RoçaMundo”.

### **Palavras-Chave:**

Desenvolvimento Local

Turismo Convencional

Turismo Comunitário

Participação

## **ABSTRACT**

The following dissertation is regarded as a partial requisite for the qualification of Master's Degree in Development, Local Diversities and World Challenges – Analysis and Management.

The aim of this investigation is to analyse and understand the role and relevance of initiatives of local community tourism for the local development. Therefore, the theoretical framework of this study focuses on concepts such as “local development”, “participation” and “community tourism”. It is specifically based upon a development project called “Voador Panhá”, which started in the beginning of December 2009, in the community of S. João dos Angolares, sited in the southern area of Ilha de S. Tomé. This project was promoted by the Local Development Association “RoçaMundo”.

## **Key Words**

Local Development

Conventional Tourism

Community Tourism

Participation

**ÍNDICE**

AGRADECIMENTOS .....	i
RESUMO .....	ii
ABSTRACT .....	iii
LISTA DE SIGLAS .....	vi
ÍNDICE DE GRÁFICOS E QUADROS .....	vii
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>PARTE I – QUADRO TEÓRICO .....</b>	<b>5</b>
<b>I-DEBATE TEÓRICO SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL .....</b>	<b>6</b>
1.1) Origem e Evolução Histórica do Conceito de Desenvolvimento .....	7
1.2) Debate Contemporâneo e Definição do Conceito de Desenvolvimento .....	10
1.3) Paradigmas do Desenvolvimento .....	11
1.3.1) Paradigma Funcionalista .....	11
1.3.2) Paradigma Territorialista.....	11
1.4) Emergência do Conceito de Desenvolvimento Local .....	12
1.4.1) Do Desenvolvimento Comunitário ao Desenvolvimento Local .....	12
1.4.1.1) Desenvolvimento Comunitário .....	12
1.4.1.2) Desenvolvimento Local .....	15
1.5) Potencialidades e Limites do Desenvolvimento Local.....	20
1.5.1) Potencialidades.....	20
1.5.2) Limites .....	21
<b>II - PARTICIPAÇÃO.....</b>	<b>22</b>
1.1) A Questão da Participação .....	22
1.2) Diferentes Formas de Participação.....	25
1.3) Metodologias Participativas .....	26
1.4) Vantagens e Limites da Participação.....	27
1.4.1) Vantagens .....	27
1.4.2) Limites.....	28
<b>III - TURISMO CONVENCIONAL <i>VERSUS</i> NOVAS FORMAS DE TURISMO .....</b>	<b>29</b>
1.1) Contexto Histórico do Conceito de Turismo.....	29
1.2) Turismo e Lazer.....	30
1.3) Definições e Tipologias de Turismo .....	31

1.3.1) Definições do Turismo .....	31
1.3.2) Tipologias do Turismo .....	34
1.4) Situação do Turismo a Nível Mundial .....	37
1.5) Tendências do Turismo em África .....	38
1.6) Efeitos Negativos do Turismo .....	40
1.7) O Turismo Alternativo .....	41
<b>PARTE II- ESTUDO DE CASO</b> .....	<b>45</b>
<b>IV - CARACTERIZAÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE S.TOMÉ E PRÍNCÍPE</b> .....	<b>46</b>
1.1) Situação Geográfica e Demográfica.....	46
1.2) Situação Histórica e Política.....	47
1.3) Situação Económica e Social .....	48
1.3.1) Situação Económica .....	48
1.3.2) Situação Social .....	49
1.3.2.1) A Questão da Pobreza.....	49
1.3.2.2) Saúde.....	52
1.3.2.3) Educação .....	53
1.4) Perfil do Turismo em S.Tomé e Príncipe .....	54
<b>V - APRESENTAÇÃO DO PROJECTO “VOADOR PANHÁ”</b> .....	<b>59</b>
1) Caracterização da Comunidade do S. João dos Angolares .....	59
2) Associação RoçaMundo .....	60
3) Projecto “Voador Panhá” .....	61
<b>VI - ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PROJECTO “VOADOR PANHÁ”</b> .....	<b>62</b>
1) Na Óptica de Desenvolvimento Local .....	63
2) Na Óptica de Turismo Comunitário .....	71
<b>VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>74</b>
<b>VIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>79</b>
<b>IX - ANEXOS</b> .....	<b>83</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

- AMI- Associação Médica Internacional
- ANIMAR- Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local
- BAD- Banco Africano de Desenvolvimento
- CNE- Custo das Necessidades Essenciais
- CTPA- Centro Turístico de Pesca Artesanal
- DL- Desenvolvimento Local
- ESDIME- Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste
- FMI- Fundo Monetário Internacional
- GIEPPA/ STP- Grupo de Interesses Económicos das Palaiês e dos Pescadores Artesanais de S. Tomé e Príncipe
- ICVF- Inquérito sobre as Condições de Vida das Famílias
- IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
- INESTP- Instituto Nacional de Estatística/S. Tomé e Príncipe
- MLSTP- Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe
- NFT- Novas Formas de Turismo
- ODM- Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
- OIDLs- Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local
- OIT- Organização Internacional do Trabalho
- OMS- Organização Mundial da Saúde
- OMT- Organização Mundial do Turismo
- ONG- Organização Não Governamental
- PCD-GR- Partido de Convergência Democrática - Grupo de Reflexão
- PEID- Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
- RM- Rendimentos Médios
- STEP- Sustainable Tourism Eliminating Poverty
- STP- S. Tomé e Príncipe
- UNCTAD- United Nations Conference on Trade and Development
- UNDP- United Nations Development Programme
- WWF- World Wildlife Fund

## **ÍNDICE DE GRÁFICOS E QUADROS**

### **Índice de Gráficos**

Gráfico 1- Chegadas de Turistas Internacionais no Mundo, 1995-2009.....	37
Gráfico 2- Chegadas de Turistas Internacionais por Regiões, 2008-2009.....	37

### **Índice de Quadros**

Quadro 1- Comparação entre Turismo Convencional e Turismo Alternativo.....	42
Quadro 2- Entrada de Estrangeiros em STP, distribuídos por regiões 2002-2009: .....	57



## INTRODUÇÃO

Este trabalho de investigação insere-se no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais: Análise e Gestão. O tema do trabalho proposto foi “O Turismo Comunitário como Factor de Desenvolvimento Local em S. Tomé e Príncipe: o Caso do Projecto “Voador Panhá”, que tem como objectivo apurar os contributos de um projecto deste tipo para a erradicação da pobreza na comunidade de S. João dos Angolares, distrito de Caué, na perspectiva de conceitos como o desenvolvimento local, participação e turismo comunitário.

A escolha deste tema deve-se à possibilidade do turismo comunitário poder ser capaz de proporcionar o tão desejado desenvolvimento em S. Tomé e Príncipe. Isto porque o facto de ser desenvolvido pelas comunidades locais permitirá que as potencialidades locais sejam exploradas a seu favor, colocando os autóctones no centro do planeamento, implementação e monitorização das actividades, facilitando assim a sustentabilidade ambiental e permitindo a geração de emprego e rendimento local.

A importância deste estudo prende-se com o facto de muitos analistas defenderem que a população deve ser parte integrante do processo de desenvolvimento de um país. Através da participação, uma determinada comunidade pode conseguir controlar e mudar o rumo do seu próprio desenvolvimento, apresentando-se assim como um instrumento com muito potencial. O turismo comunitário pode, pois, representar uma estratégia para que as populações tradicionais assumam o protagonismo do seu próprio modo de vida.

Neste sentido, elaboraram-se duas hipóteses de investigação que serão alvo de verificação depois de ser feita a análise dos resultados. Estas hipóteses são as seguintes:

### 1ª Hipótese:

Na actividade turística comunitária, a comunidade local participa na tomada de decisões e tem o controlo efectivo do seu próprio desenvolvimento.

### 2ª Hipótese:

O turismo comunitário tem um papel fundamental na melhoria do bem-estar da população local, pois esta beneficia directamente dos recursos socioeconómicos que esta actividade gera.

Este estudo está relacionado com várias motivações enunciadas de seguida. Ao nível científico, pretendemos que este estudo contribua para reduzir a escassez de investigação e produção de literatura científica existente sobre o turismo comunitário baseado em experiências de STP. Pretendemos fazer uma análise sustentada na base teórica da influência da participação e do turismo comunitário no desenvolvimento local. Esta análise poderá servir de consulta a académicos, a Dirigentes das áreas do Planeamento e Gestão do Desenvolvimento, Associações de Desenvolvimento Local e a outros curiosos e interessados no tema.

A nível social, os resultados deste estudo podem servir de ferramenta para estimular a participação popular em processos de desenvolvimento e contribuir para a percepção do turismo comunitário como instrumento de inclusão social e melhoria de qualidade de vida das comunidades receptoras.

Em termos políticos, este estudo pode contribuir para direccionar a política estatal para os interesses e iniciativas de desenvolvimento de turismo de base local, enquanto alternativa ao turismo convencional. E, por outro lado, vai permitir que o Estado perceba que o processo de desenvolvimento de STP deve passar pela utilização dos potenciais existentes que podem conduzir à melhoria do bem-estar da população local, sendo ela capaz de conduzir este processo de alteração estrutural.

Por último, em termos pessoais, a escolha deste tema deveu-se ao forte desejo de, sob alguma forma, prestar um contributo positivo para o complicado processo de desenvolvimento de STP. O debate sobre a prática de novas formas de turismo abre espaço para a reflexão sobre o impacto que esta actividade turística produz, podendo assim tornar-se um factor de transformação para a comunidade local onde esta se processa. Este estudo faz parte de uma realização pessoal, pois sempre quis de alguma forma ajudar o meu país a encontrar uma via para o tão desejado desenvolvimento. Para além disso, contribuirá para o enriquecimento dos meus conhecimentos do tema em relação a STP.

Relativamente à estruturação, esta dissertação está dividida em duas partes. O primeiro capítulo dedicar-se-á ao enquadramento teórico. Abordará o debate teórico sobre o conceito de Desenvolvimento. Visa contextualizar este conceito desde a sua origem até à actualidade, na óptica do desenvolvimento local. Este capítulo também se debruçará sobre o conceito de participação, em que serão apresentados os pressupostos de um processo participativo e de *empowerment*. Por último, faremos a contextualização histórica do conceito

de turismo e daremos relevância ao turismo alternativo, como é o caso do turismo comunitário.

O segundo capítulo está direccionado ao estudo de caso, onde é feita a caracterização geográfica, demográfica, histórica, política, económica e social de STP. A seguir, procedemos à caracterização do fenómeno turístico em STP. Serão ainda apresentados a comunidade e o projecto que será depois alvo de análise tendo como base os conceitos de desenvolvimento local, participação e turismo comunitário.

Metodologicamente, esta dissertação assenta em pesquisas bibliográficas e estudo empírico. A investigação bibliográfica consistiu em consultas de livros, estudos académicos, artigos, publicações e revistas periódicas, pesquisas na internet, documentos publicados por instituições estatais, que abordam o tema e a área de estudo, visando um maior aprofundamento do tema e de definição do marco teórico e conceptual.

Após consolidada a formulação do quadro teórico, delineámos a parte empírica desta dissertação. Neste sentido, escolhemos como objecto de estudo o projecto “Voador Panhá” porque, para nós, é um projecto que se enquadra perfeitamente no perfil do tema escolhido. A análise deste projecto incide na recolha de informação qualitativa e observação participante e conversas informais. Privilegiámos também a observação participante e as conversas informais que, fundamentalmente, consistiram em aprofundar o conhecimento em relação à percepção que as pessoas tinham sobre o projecto.

Após ter sido seleccionado o objecto de estudo, procedemos à elaboração de entrevista de carácter qualitativo, dirigida a pessoas previamente seleccionadas. Estas entrevistas foram estruturadas por um guião.

A entrevista foi construída de forma a confirmar ou refutar as hipóteses de investigação, bem como a elaborar os resultados e conclusões de investigação.

Quanto à técnica, optámos pela entrevista semidirectiva, aplicada a 14 pessoas consideradas relevantes. Em entrevista semidirectiva o entrevistado não precisa limitar-se apenas a responder o que lhe foi perguntado pelo entrevistador. O entrevistado sente-se à vontade para falar abertamente sobre o assunto e pela ordem que achar melhor.

O guião das entrevistas não foi igual para todos os entrevistados, pois dependendo dos entrevistados, seleccionámos as questões mais adequadas. Isto deveu-se ao facto de as informações que se queríamos obter diferenciarem-se de caso a caso. Por esse motivo, um único guião seria muito desfavorável na obtenção de informações essenciais.

As entrevistas recaíram sobre nove membros da comunidade tendo em conta a diversidade de situações. Foram entrevistados os dois mentores do projecto, por serem muito importantes na recolha de informações. Escolhemos três observadores privilegiados, a fim de se obter opiniões que partem do exterior do projecto, com o objectivo de enriquecer os dados para análise. Aqueles tinham conhecimento da comunidade e do projecto e, de alguma forma, participaram e acompanharam o desenrolar do último. Destes observadores, destacamos a Câmara Distrital de Caué, nomeadamente o Presidente e dois voluntários da Organização não governamental AMI.

A entrevista incluiu pessoas de faixa etária entre os 22 e os 54 anos, tendo os homens representação maioritária. Isto aconteceu, dado que a presença masculina é mais forte em diversas situações.

Portanto, para a obtenção dos dados empíricos, deslocámo-nos a S. Tomé e Príncipe, onde permanecemos durante 45 dias, designadamente, do mês de Maio a Junho de 2010. Sendo a nossa residência situada na cidade de S. Tomé, fomos várias vezes à cidade de S. João dos Angolares, com a finalidade de recolher as informações necessárias.

Por ser um projecto muito recente, não nos foi possível recolher relatos documentais do mesmo e muitas pessoas estavam pouco à vontade para falar do mesmo. Mas, por outro lado, permitiu-nos ter o “feedback” de um projecto deste tipo que acabara de iniciar e que ainda não havia sido estudado.

As entrevistas foram efectuadas e gravadas presencialmente pelo investigador, sendo posteriormente transcritas e submetidas a análise.

## **PARTE I – QUADRO TEÓRICO**

## **I - DEBATE TEÓRICO SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Este primeiro capítulo visa caracterizar o conceito de desenvolvimento desde antiguidade até aos nossos dias. No contexto histórico, abordamos os primórdios do conceito, quando este era definido pelos moldes economicistas e o desenvolvimento era entendido enquanto crescimento económico. Neste capítulo, também serão abordados os principais paradigmas de desenvolvimento, nomeadamente, o funcionalista e o territorialista.

O paradigma funcionalista defende que o desenvolvimento e o crescimento económico são sinónimos. Esta teoria pressupõe que o desenvolvimento, antes de mais, ocorre em alguns sectores e áreas geográficas, para apenas depois se expandir a outros sectores e espaços. Para os funcionalistas, o desenvolvimento é um fenómeno que deve acontecer numa perspectiva *top-down*, na medida em que consideram que a população não possui capacidades para resolver os seus próprios problemas. Posteriormente, nos anos 70, a visão territorialista surge em oposição à teoria defendida pelos funcionalistas, abalando os pressupostos de desenvolvimento defendido até ao início dos anos 60. A teoria territorialista defende que a população deve conduzir o seu processo de desenvolvimento, ou seja defende a lógica *bottom-up* de desenvolvimento, em que as iniciativas de desenvolvimento partem da própria comunidade. Isto é, valoriza o papel das comunidades locais e da autodeterminação territorial como factores essenciais para o desenvolvimento.

Ainda neste capítulo, será abordado o conceito de desenvolvimento local - contemporâneo do paradigma territorialista. O desenvolvimento local pressupõe que a população participe em todas as fases do processo de desenvolvimento e que os recursos locais sejam canalizados para o processo. Mas antes, realçamos o conceito de desenvolvimento comunitário, o qual representa as primeiras iniciativas de desenvolvimento partindo das comunidades que surgiu em Portugal.

## 1.1) Origem e Evolução Histórica do Conceito de Desenvolvimento

No decorrer dos anos, o conceito de desenvolvimento tem vindo a tomar novas formas, algumas mais restritivas e outras mais amplas. As mais restritas caracterizam-se pelo enfoque económico e quantitativo, e a mais ampla e actual contempla outros aspectos relacionados com as questões sociais, sem porém ignorar as questões económicas. Esta visão valoriza a liberdade dos indivíduos, nomeadamente no acesso a serviços de saúde e educação, bem como os direitos civis que garantem a participação activa dos indivíduos nos assuntos públicos.

Na perspectiva de ESDIME (1997: 92), *“numa primeira fase o conceito de Desenvolvimento não foi um problema que se analisasse, mas um processo que se constatava”*. O desenvolvimento da tecnologia, o crescimento da produção, o aumento da riqueza a nível mundial, a expansão dos mercados, o crescimento do consumo, produzia uma sensação de aumento dos recursos identificados como desenvolvimento.

Para Amaro (2003: 36), *“o conceito de desenvolvimento tem sido um dos mais importantes e polémicos nas Ciências Sociais”*. Para este estudioso, é um conceito *“mobilizador de vontades de mudança e de transformação das sociedades e dos indivíduos”*, que *“tem servido também para avaliar e classificar o seu nível de progresso e bem-estar”*. Embora o conceito de desenvolvimento tenha obtido estatuto científico apenas no período pós-II Guerra Mundial, já tinha sido referido nos séculos anteriores, principalmente na Ciência Económica quando Adam Smith escreveu a obra *“A Riqueza das Nações”* no ano de 1776, obra esta que depois acabou por ser chamada de *“Progresso e Desenvolvimento”*. Mas, os pensamentos em torno do desenvolvimento são considerados demasiado eurocêntricos e muito influenciados pelo fenómeno da Revolução Industrial.

Amaro (2000), ao fazer referência à emergência do conceito de desenvolvimento do pós-Guerra, advoga que o mesmo marcou a vida das populações e a sua reflexão teórica foi compará-la ao conceito de bem-estar, progresso e realização. Ou seja, ser desenvolvido significava ter sucesso na evolução das sociedades contemporâneas e, neste sentido, o desenvolvimento era entendido como crescimento económico.

É de sublinhar que existem diferentes factores que foram decisivos para que o fim da II Guerra Mundial fosse tomado como marco de reconhecimento científico do conceito de desenvolvimento (Amaro, 2003):

- Independência da maioria das ex-colónias europeias que, no seguimento deste fenómeno, começaram a aspirar a prosperidade e riqueza total. É neste sentido que muitos autores e instituições tentaram encontrar vias e estratégias que proporcionassem o desenvolvimento desses países. Por isso, o conceito de desenvolvimento apareceu frequentemente ligado à resolução dos “problemas e vícios do subdesenvolvimento”;
- O equilíbrio de poder entre os dois blocos protagonistas da Guerra Fria, exigia grandes transformações da tecnologia militar e a apresentação ideológica de resultados de progresso;
- A relevância dada ao paradigma keynesiano, que defendia que o Estado deveria ser o principal fomentador do desenvolvimento e do bem-estar das sociedades;
- A afirmação da perspectiva idealista que enfatizava o progresso e a paz entre os povos.

Existem alguns mitos que dominaram a noção de desenvolvimento nos anos após a Segunda Guerra Mundial, assim, com excepção do factor de consumismo, influenciaram tanto as sociedades capitalistas como as socialistas, ainda que, com aparências e modalidades distintas (Amaro, 2003). Os mitos que se apresentam a seguir estão associados a uma abordagem economicista do desenvolvimento:

- *Crescimento económico*: considerado como condição necessária e suficiente para o desenvolvimento;
- *Industrialismo*: sendo a industrialização um processo que influenciou o desenvolvimento de alguns países, todos os outros países deviam imitá-lo;
- *Tecnologismo*: a inovação tecnológica é um pilar importante para desenvolvimento, sendo que contribui para o aumento da produtividade e do crescimento económico;
- *Produtivismo*: a produtividade e os critérios produtivos, são factores decisivos para o desenvolvimento;
- *Consumismo*: para haver crescimento económico é necessário vender-se o que se produz, assim deve haver incentivo para o consumo popular;
- *Etnocentrismo*: a ideia de que, independentemente da sociedade, da região e da cultura, o modelo industrial eurocêntrico produz efeitos lineares e positivos;
- *Urbancismo*: adopção de estilo de vida urbano por ser símbolo de desenvolvimento, em detrimento do estilo rural, que era visto como atrasado;
- *Antropocentrismo*: coloca a satisfação dos interesses do Homem acima dos outros seres vivos, valorizando por vezes os interesses pessoais relativamente ao colectivo;



- *Quantitativismo*: é dada grande importância a quantidade e as economias de escala, por vezes em detrimento da qualidade.

Comoane (2007) sublinha que é habitual confundir-se o termo crescimento e a noção de desenvolvimento. No entanto, o crescimento corresponde a uma avaliação quantitativa, enquanto que desenvolvimento corresponde a uma avaliação qualitativa. Assim, importa clarificar esses termos para perceber-se qual o real significado de cada um.

François Perroux define crescimento como “*o aumento da dimensão de uma unidade, quase sempre a nação, expresso pelo produto global bruto (conjunto dos bens e serviços obtidos durante um período, incluídas as amortizações) referido ao número de habitantes*”. Por outro lado, o anteriormente referido autor, define desenvolvimento como “*a transformação das estruturas demográficas, económicas e sociais que geralmente acompanha o crescimento*” (Comoane, 2007: 37).

Assim, diversos economistas defendiam que o conceito de desenvolvimento está associado à noção de crescimento económico. A título de exemplo, temos o economista Sir Arthur Lewis, que publicou a obra “*The Theory of Economic Growth*” (1955), em que aborda esta questão. Nesta perspectiva, muitas vezes os indicadores de crescimento económico eram utilizados para medir o desenvolvimento de um país. Outro resultado dessa associação foi o que resultou na definição de industrialização como uma condição necessária para atingir o desenvolvimento (Amaro, 2003).

O conceito de desenvolvimento foi também associado ao conceito de modernização, também baseado nos pressupostos economicistas. A teoria de modernização advoga que as sociedades tradicionais, situam-se principalmente nos países subdesenvolvidos, onde predomina o arcaísmo, as actividades no sector primário e a ruralidade. Tendo em conta que o subdesenvolvimento era visto como um atraso no desenvolvimento, a teoria da modernização defendia que as sociedades subdesenvolvidas deveriam efectuar uma transição para a sociedade moderna adoptando aspectos modernos e desenvolvidos. As sociedades modernas eram caracterizadas como zonas desenvolvidas e urbanizadas, sendo que o processo produtivo era industrial e com ritmos de crescimento regulares (Brito, 2004).

## 1.2) Debate Contemporâneo e Definição do Conceito de Desenvolvimento

No final dos anos 60 e início dos anos 70, o pressuposto de desenvolvimento até aí defendido, foi abalado. Isto deveu-se ao facto de que o esforço feito nos anos 60 para apoiar os países pobres na sua busca pelo desenvolvimento, seguindo os ditos “bons exemplos” dos países ricos, fracassou totalmente (Amaro, 2000). Esse modelo de desenvolvimento, quando aplicado nos países pobres, não surtiu o efeito positivo esperado. Esta forma de desenvolvimento foi, progressivamente, sendo alvo de crítica social e até mesmo os peritos, os técnicos das grandes organizações internacionais (nomeadamente, do Banco Mundial, da OCDE, entre outros) que estavam a acompanhar estes processos, puseram em causa o próprio discurso oficial (Amaro, 2000).

O desenvolvimento é, assim, um processo de transformação de várias realidades e com recurso a vários factores, no âmbito do qual alguns têm tudo e outros não têm nada. Não obstante, o desenvolvimento é, ao mesmo tempo, a acção de desenvolver e o produto dessa acção. Contudo, nem a acção nem o resultado são iguais para todos os países (Comoane, 2007). Existe necessidade do conceito de desenvolvimento ser um fenómeno variável de acordo com os lugares. Na referida reflexão, Ana Comoane entende que o conceito de desenvolvimento num país desenvolvido é diferente do conceito de desenvolvimento num país em vias de desenvolvimento. Segundo Comoane, se num ano a taxa de crescimento nos dois grupos de países se revela igual em termos numéricos, isto não significa que o resultado de desenvolvimento também seja igual nem, tão pouco, que o impacto dessa taxa na vida das respectivas populações seja o mesmo.

Nos últimos 30 anos foram várias as tentativas de renovação do conceito de desenvolvimento. Novos conceitos, tais como: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, desenvolvimento participativo, desenvolvimento humano, desenvolvimento social e desenvolvimento integrado, são reais exemplos da transformação do conceito de desenvolvimento no decorrer do tempo (Amaro, 2003). Com o surgimento destes novos conceitos, a dimensão humana passou a ter maior relevância face à dimensão económica.

### **1.3) Paradigmas do Desenvolvimento**

#### **1.3.1) Paradigma Funcionalista**

O paradigma funcionalista defende que o desenvolvimento ocorre primeiramente em alguns sectores e áreas geográficas e, só depois, se expande a todos os outros sectores e sistemas espaciais. Existe a convicção de que os problemas humanos serão resolvidos se houver acumulação material e que as necessidades humanas são satisfeitas através do consumo individual. A corrente funcionalista argumenta que a existência do subdesenvolvimento se deve à presença de obstáculos, ou mesmo problemas, que tornam difícil o acesso tanto aos mercados como aos factores produtivos, provocando o lento crescimento económico (Pinho, 2007).

Este modelo de pensamento defende programas de desenvolvimento do estilo *top-down* em que é indiferente ter ou não a participação das populações beneficiárias. Advoga ainda que o crescimento económico só será possível mediante a existência de um planeamento central, focalizando também os processos de industrialização e de urbanização. Este paradigma considera que o plano regional imposto pelo Estado a uma realidade social desorganizada que lhe é externa, se revela como sendo um modelo de organização do espaço mais lógico (Pinho, 2007). Este paradigma refere que o desenvolvimento deve ser conseguido por via de uma lógica externa, ou seja, induzido a partir de fora. De acordo com Pinho (2007), a corrente funcionalista é demasiado centrada no binómio economia/desenvolvimento, para além de se basear em pressupostos que defendem a mobilidade espacial dos factores produtivos. Revela-se também com problemas de eficácia, respeitantes à intervenção pública institucionalizada e muito centralizada.

#### **1.3.2) Paradigma Territorialista**

O paradigma territorialista defende que o desenvolvimento surge a partir do território, onde existe a mobilização dos recursos materiais e humanos existentes. Este paradigma privilegia a capacitação das pessoas a partir do seu envolvimento e da tomada de decisão local. Tem como foco central o envolvimento e a participação dos agentes no seu território – é a perspectiva *bottom-up* do desenvolvimento (Henriques, 1990).

Segundo Pinho (2007), o aparecimento da corrente territorialista deveu-se às insuficiências detectadas na política regional tradicional, na óptica do reconhecimento da

integração funcional, defendidos pelos funcionalistas. Para estes, o nacionalismo passa a ser entendido não como um obstáculo ao desenvolvimento, mas sim como uma condição necessária para haver desenvolvimento. Os territorialistas consideram que o papel do poder local é crucial nos processos que visam o desenvolvimento e defendem que a prioridade dos processos de desenvolvimento deve ser a satisfação das necessidades básicas de toda a população de uma unidade territorial.

Ao contrário dos pressupostos do paradigma funcionalista, o paradigma territorialista assume, como sendo essencial ao processo de desenvolvimento, a valorização do papel das comunidades locais e da autodeterminação territorial. Entretanto, surge uma nova concepção dentro do próprio paradigma territorialista que adverte para o facto deste paradigma ser demasiado voltado para o local e centrado nos recursos endógenos, negligenciando assim a importância dos recursos exógenos. Com o reconhecimento destas fragilidades, o paradigma passa a ter uma nova amplitude, agora menos centrada no *localismo*. Defende que, para haver desenvolvimento local, é preciso que haja interacção entre os recursos endógenos e exógenos, passando o local a ser encarado como uma peça global.

#### **1.4) Emergência do Conceito de Desenvolvimento Local**

##### **1.4.1) Do Desenvolvimento Comunitário ao Desenvolvimento Local**

###### **1.4.1.1) Desenvolvimento Comunitário**

Na óptica do desenvolvimento comunitário, o mesmo processo deve ocorrer por iniciativa, com a participação e sob responsabilidade daqueles a quem vai beneficiar. Numa planificação de desenvolvimento central de tipo autoritário, toda a iniciativa parte do Estado, sendo portanto o Governo central o responsável pela concepção, execução e revisão do plano. Por oposição, o desenvolvimento comunitário pressupõe que a iniciativa parte da base, das necessidades sentidas pela população, construindo assim um plano de acção desde o início com a contribuição dos interessados. Porém, não se pode pensar que o desenvolvimento comunitário seja uma solução auto-suficiente para resolução dos problemas nas áreas mais carenciadas, abandonando outras formas de actuação. Mas este vem preencher uma falha nas políticas tradicionais, que é a não-integração da população no processo de desenvolvimento (Silva, 1963).

Foi no contexto colonial (dos anos 60/70) que o desenvolvimento comunitário começou a ganhar relevo. Por um lado, era entendido apenas como uma ferramenta de

controlo social e, por outro, como um caminho de integração pacífica de grupos sociais que poderiam provocar contestações políticas e sociais indesejadas. Assim, o desenvolvimento comunitário era interpretado como uma espada de dois gumes, entendido por uma facção como um processo radical e, por outra, como um processo extremamente conservador. A dicotomia consistia na possibilidade de promover o aumento do controlo das decisões dos cidadãos através da participação mas, também, na de que poderia manter as condições locais inseridas nas habituais distribuições de poder, sem que o *status quo* fosse minimamente enfrentado (Fragoso, 2005a).

A O.N.U. define o desenvolvimento comunitário como *“uma técnica pela qual os habitantes de um país ou região unem os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural das suas colectividades, de associarem essas colectividades à vida da nação e de lhes permitir que contribuam sem reserva para os progressos do País”* (apud Silva, 1964: 498). Contudo, segundo Silva (1963), embora esta definição seja comumente aceite como ponto de partida para a caracterização de desenvolvimento comunitário, contém elementos contraditórios. Isto deve-se ao facto de ser difícil, porém possível, a população associar-se e cooperar de forma voluntária para alcançar a melhoria de vida.

Silva (1964) considera ainda que o desenvolvimento comunitário é uma técnica que pode ser aplicada em diferentes situações, não se restringindo apenas aos casos de regiões atrasadas, embora se lhes sejam feitas maiores referências. A técnica do desenvolvimento comunitário é entendido como uma síntese de conhecimentos pertinentes a várias disciplinas (Economia, Psicologia, Sociologia, Antropologia cultural) aplicados de forma convergente ao progresso humano para suscitá-lo, orientá-lo e controlá-lo.

O desenvolvimento comunitário apoia-se em vários princípios (Silva, *idem*), que passamos a enunciar: deriva das necessidades sentidas pela população, criadas ou consciencializadas pelos técnicos de desenvolvimento comunitário; a população faz parte do seu próprio desenvolvimento, tomando consciência de que o desenvolvimento é uma obra sua e, por isso, deve ser feito com a sua adesão, seu esforço e os seus recursos; os recursos locais, tanto humanos como materiais, devem ser aproveitados; proporciona uma colaboração eficaz entre as populações e os serviços, assegurando-lhes uma maior rentabilidade; fomenta a cooperação e entre-ajuda, tanto na atitude de espírito como na organização económica e social da comunidade; procura uma resposta global para os diferentes aspectos da promoção humana.

Os programas de desenvolvimento comunitário começam, pois, a surgir de forma centralizada, integrados como instrumento de acção governamental, focalizados fundamentalmente em promover o desenvolvimento de forma técnica e científica.

Segundo Fragoso (2005a), com o tempo, foram emergindo novos conceitos que provocaram a mutação destas orientações, na medida em que valorizavam a perspectiva *bottom-up* do desenvolvimento. Assim, o objectivo final do desenvolvimento comunitário passou a centrar-se na melhoria das condições e da qualidade de vida das pessoas. Esta área foi enriquecida com aspectos e ideias que defendem a importância do reconhecimento por parte da população (dos seus problemas e suas necessidades), da acção colectiva executada pela população afectada e a importância do *empowerment* da população como fonte de mudanças. É referida a existência de três tipos de desenvolvimento comunitário (Silva, 1964):

- ▶ *Integrado*- serve para inspirar e estruturar toda a política de um dado país;
- ▶ *Adaptado*- emerge e desenvolve-se ao lado das estruturas administrativas e políticas já existentes, onde inculca uma nova perspectiva e modo de actuação;
- ▶ *Projecto-piloto*- tem estrutura própria em relação às já existentes, é independente delas e realiza-se com duração limitada para a consecução de fins particulares.

Segundo Brito (2004), o desenvolvimento comunitário conferiu à unidade territorial o protagonismo no processo de desenvolvimento. Esta concepção foi uma das primeiras tentativas de estimular e dar protagonismo às aldeias comunitárias para se envolverem em seus processos de desenvolvimento.

Nos anos 80, as abordagens do desenvolvimento comunitário foram responsáveis pelo surgimento de novas referências territoriais, como complemento do habitual protagonismo atribuído ao Estado representando a lógica nacional, com o acréscimo de dimensões do conceito de território, a saber supranacional, transnacional e infranacional. Diante do redimensionamento territorial, tornou-se importante diversificar formulações teóricas e conceptuais alternativas, consciencializando-se a existência de vários caminhos possíveis, com vista a participação real e efectiva no âmbito da localidade. As abordagens locais foram destacadas nos anos 80, sendo vistas como via para promoção de desenvolvimento económico nas populações, de forma a atenuar os problemas locais - endógenos (Brito, 2004). As novas ideias acerca do território provocaram a reformulação conceptual das funções atribuídas ao Estado, que era, até aqui, encarado como regulador e interventor em assuntos económicos e na

tomada de medidas sociais. Estas modificações tenderam a repartir o protagonismo, com o surgimento de novos actores socioeconómicos, coincidindo com a ascensão da Sociedade-Providência (paralelamente ao relativo declínio do Estado-Providência), o que tornou possível instituir parcerias e mobilizar agentes e organizações (Brito, 2004).

#### **1.4.1.2) Desenvolvimento Local**

O desenvolvimento local (DL) pode ter muitas definições, mas fundamentalmente deve primar pela melhoria da qualidade de vida nos diferentes ecossistemas, compostos pelo meio natural e pela sociedade humana que com ele se relaciona.

Embora se reconheçam muitas (ANIMAR; 1996) promessas do crescimento e do progresso, cada dia que passa verifica-se o acentuar da pobreza, da desigualdade, da exclusão social, da delapidação ou abandono dos recursos naturais, da massificação cultural e da ameaça do autoritarismo administrativo e políticos. Em grande parte, isto deve-se ao aumento de grandes interesses financeiros e económicos que tornam reféns a maioria da população. Torna-se claro que os cidadãos têm o direito e o dever de resistir e de construir alternativas que tornem possível estruturar de forma integrada o factor económico, social, cultural, ambiental e político. O DL possibilita esta integração consoante o território, quer seja urbano ou rural, tornando possível gerar alternativas para uma sociedade mais democrática e inclusiva. Através da participação da população a nível local, regista-se a sua preparação para o exercício da cidadania activa em relação a outros níveis da vida social e política.

O DL é um processo plural que integra aspectos económicos, sociais, culturais, ambientais e políticos. Apesar disso, a materialização desta pluralidade só é possível através de uma actuação ao nível de cada território, onde vivem os destinatários do desenvolvimento, estimulando as suas capacidades criadoras e empreendedoras (ANIMAR, 1998).

De acordo com Velez (2000) o DL resulta da consequência da ineficácia e inadequação de políticas económicas. Na sua génese, encontra-se a perspectiva *de dentro para fora*, como resposta às falhas ou mesmo à ausência de políticas económicas do Estado direccionadas para a melhoria das condições de vida das comunidades. Estas comunidades, não possuindo recursos necessários para proporcionar o seu próprio desenvolvimento e evitar ou combater a exclusão social e apercebendo-se que o Estado não dá respostas aos seus problemas procuram, por si mesmas, encontrar soluções para os mesmos. O desenvolvimento parte da comunidade, esta participa em todas as suas etapas, porém os processos de DL têm

como parte integrante e fundamental factores ou pessoas exógenas que, em contacto com a comunidade, ajudam a identificar problemas e a traçar as estratégias. O DL prioriza as abordagens *de baixo para cima* em detrimento dos modelos convencionais *de cima para baixo*<sup>1</sup>.

Segundo ESDIME (1997: 96): O DL surge como um processo centrado numa ideia de desenvolvimento baseado no aumento global do bem-estar das pessoas e, por sua vez, na sua participação e exercício duma cidadania activa, a qual só se pode fazer de baixo para cima. Aparece “*como um movimento de opinião e intervenção que gera e absorve uma corrente de pensamento e uma doutrina sócio-económica com uma forte componente crítica*”. Esta crítica é dirigida ao (s):

- *insucesso económico* que resulta da ideia de que o crescimento é o factor de produção de maior bem-estar universal;
- *insucesso social* que resulta da ideia de que quanto maior for a riqueza, menor será a desigualdade e maior será a coesão social;
- *limites ecológicos* de um modelo de desenvolvimento que desvaloriza as consequências ambientais;
- *funcionamento político* tanto das sociedades autoritárias, como de muitas sociedades com instituições políticas legitimadas na democracia representativa.

As referidas críticas ao modelo tradicional de desenvolvimento que resultaram no DL, implicam uma mudança de atitude em relação ao desenvolvimento. Esta mudança de atitude requer que a questão central do desenvolvimento não seja apenas a resposta à questão da produção e da tecnologia. A nova ideia de desenvolvimento resulta em DL a partir do momento em que se reúne a consciencialização ambiental, o reforço da participação democrática e a revalorização dos recursos sócio-culturais locais (ESDIME, 1997).

---

<sup>1</sup> Estes modelos preconizam o desenvolvimento como um processo de indução externa de mudança, em que o agente desenvolve um projecto que tem em vista uma mudança que, na sua perspectiva, é importante para a comunidade.



O DL pretende criar dinâmicas de abertura e de progresso e resistir à massificação, afirmar as especificidades, sublinhar as diferenças, inovar e inventar. Consiste em identificar os problemas com a participação das populações, consciencializando-as dos problemas e das suas capacidades. É um conceito que se centra na cidadania, na participação e na contextualidade territorial. A sustentabilidade do desenvolvimento local depende da participação dos agentes na definição das estratégias de desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento local é difícil de definir, devido à grande variedade de experiências, o que faz com que não exista nenhum conceito capaz de enquadrar todas aquelas. Ainda assim, existem alguns pontos comuns que se podem retirar destas experiências. O DL é: um processo de transformação, de mudança que recusa a conservação; é centrado na comunidade, ou seja, o seu ponto de partida é a própria comunidade local; os recursos exógenos devem ajudar a desenvolver as capacidades locais e também aprender com essas comunidades; assume uma lógica integrada sendo que o local é, por natureza, integrado, estando os factos inter-relacionados, pressupondo um trabalho de parceria, a cooperação, a definição de acções conjuntas, a negociação dos conflitos e das solidariedades locais (Amaro, 2000).

Ainda, para Amaro (2003: 57), o desenvolvimento local é um *“processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas”*. É também definido como *“um processo endógeno registado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida da população”* (Buarque, 1999: 9). Na perspectiva de Velez (2000: 141), o DL é *“sobretudo uma forma de pensar e de abordar as questões de desenvolvimento”*. Os Actores do DL são os seus próprios beneficiários, não havendo assim modelo nem receita que possa transitar a outro contexto local sem antes ter sofrido as alterações adequadas.

ESDIME (1997) acrescenta que o DL engloba uma visão integrada dos problemas de uma determinada região, tendo em vista a melhoria das condições de vida da população local através da valorização dos recursos locais; capacitação da população autóctone; capacidade da zona em atrair pessoas de diferentes lugares e culturas; maior cooperação entre os agentes envolvidos na resolução dos problemas; execução de actividades que permitam fazer mudanças em situações detectadas pela própria comunidade; na criação de redes inter-locais, para promover planos de desenvolvimento entre pessoas e territórios com interesses comuns.

Para melhor entendermos o conceito de desenvolvimento local, torna-se importante referir algumas das suas características (Fragoso, 2005b): permite a participação da população em assuntos do seu interesse; promove o controlo pelas pessoas ou grupos dos processos a nível das decisões, dos recursos e das vantagens obtidas; tem um carácter endógeno e integrado; é um processo colectivo e educativo; a mudança é fulcral para o desenvolvimento. Esta mudança é feita em articulação com os agentes, processos e entidades externas ao local. Na base do DL está o território, a identidade cultural do local e também a valorização dos recursos locais nas suas diferentes formas.

Nos moldes preconizados por ESDIME (1997) a valorização dos recursos locais é um pré-requisito do desenvolvimento local por diferentes razões:

► o processo de desenvolvimento local privilegia as zonas que anteriormente eram marginalizadas pelo paradigma de desenvolvimento que apenas se importava com a exploração de zonas com níveis de recursos economicamente avantajados, desvalorizando as zonas que não possuem recursos de valor significativo no mercado.

Se os recursos locais forem minuciosamente analisados, torna-se possível detectar as potencialidades locais que, em lógicas diferenciadas das macro-estratégias, são passíveis de valorizar. Existem recursos que, quando analisados externamente e a uma escala de maior dimensão, se revelam de valor económico reduzido ou nulo. Contudo, quando esses mesmos recursos são analisados à escala local e vistos na óptica da sua exploração por grupo (s) da população local com determinados saberes, atitudes culturais e modos de vida, se tornam mais viáveis.

► a valorização dos recursos locais, é o primeiro passo a partir do qual se pode inverter a tendência para a “depressão territorial” que é um dos grandes factores inibidores do DL. No caso de, num processo de DL, não haver um inventário acerca dos recursos reais locais existentes, esta comunidade local tende a ter, relativamente a si própria, uma imagem desvalorizada e desvalorizante. Portanto, evidenciar a existência de recursos naturais, humanos, tecnológicos e patrimoniais, é uma via fundamental para que apareçam iniciativas que possam reverter aquele cenário.

Os recursos que normalmente não são aproveitados provêm essencialmente do nível sócio-ambiental ou cultural. *“Uma das características fundamentais dos recursos que os valoriza para um processo de DL é a lógica de que os mercados dos produtos do DL não têm as mesmas lógicas dos mercados dos produtos valorizados na óptica da produção de massa característica do desenvolvimento polarizado”*. Contudo, o recurso mais predominante na

criação de um processo de DL são as pessoas que, pese embora as suas debilidades, têm potencialidades específicas (ESDIME, 1997: 102).

O significado do conceito de desenvolvimento varia consoante quem o utilize. Local, por sua vez, é um espaço que pode ser definido com uma comunidade, município ou região. Fragoso (2005b) afirma que o local se caracteriza em duas vertentes: uma das vertentes representa o *locus* da vida social, em que o que se passa e acontece no local adquire maior visibilidade. Por outro lado, não consegue fugir das formas de relação que lhe são externas. O local facilita a integração de programas sectoriais e a participação dos cidadãos, sendo possível também a acção das associações cívicas. Neste sentido, o local não deve ser associado apenas a uma imagem com dimensão económica. A importância do local reside na possibilidade de realização de acções significativas de desenvolvimento ali, mas também de concretizar, simultaneamente, as tendências macro-sociais.

Para além do que já foi referido aqui, o local é o resultado duma construção de identidades, sendo que existe um grupo de interesses que se assume, que se identifica e onde são mobilizáveis acções de solidariedade concretas (Amaro, 2000). O DL não se centra, em termos económicos, apenas na criação de riqueza e de emprego, mas assume que mais importante que isso, é ter também em conta as pessoas que vivem e trabalham em meio rural ou que aí se pretendem enraizar. Atribuir o espaço ou alguns aglomerados populacionais à iniciativa e aos agentes exteriores ao local tem sido feita em algumas regiões, no entanto é possível que resulte em algumas fragilidades ao processo de desenvolvimento. Em muitas situações, o local é apenas o ponto geográfico onde se situa o negócio, sendo todos os equipamentos e as matérias-primas importadas do exterior. Por outro lado, a nível local não é fácil mobilizar agentes empenhados e reunir condições para que estes operem com sucesso (ANIMAR, 2006).

Neste sentido, são identificados alguns obstáculos que devem ser ultrapassados (ANIMAR, 2006; 1996):

- ▶ As dificuldades sentidas em relação a falta de capital, fraca capacitação em termos técnicos e competências a nível de gestão e organização que condicionam o surgimento de iniciativas;
- ▶ A ligação com as redes comerciais e de promoção é praticamente inexistente;
- ▶ O relacionamento institucional, o acesso à informação e aos círculos de decisões, são limitados;
- ▶ Algumas tradições e hábitos locais são incompatíveis com o que se procura no meio urbano;
- ▶ A quase inexistente demonstração de interesse e mobilização de capacidades;

- ▶ A visão sectorial pode ser um obstáculo em si, devendo-se implementar uma abordagem interdisciplinar que vise aumentar redes de parcerias;
- ▶ As dificuldades de promoção de iniciativas e solidariedade entre as pessoas de modo a facilitar a criação de redes de desenvolvimento inter-locais podem também ser um obstáculo adicional.

## **1.5) Potencialidades e Limites do Desenvolvimento Local**

### **1.5.1) Potencialidades**

De acordo com Amaro (1992), o desenvolvimento local propícia as relações directas e próximas: entre a comunidade e os seus problemas; entre a população e o seu *habitat*; entre os actores locais; entre os agentes dos diferentes serviços e organismos presentes localmente; entre as necessidades e as capacidades locais; entre as dimensões individual, social e ambiental do desenvolvimento; entre as diferentes dimensões nomeadamente, económica, social, cultural do desenvolvimento aí vividas no concreto e no quotidiano.

Na medida em que o desenvolvimento local privilegia as relações directas nestas diferentes áreas, na óptica deste autor, as potencialidades acima mencionadas são particularmente interessantes para a concretização de programas e iniciativas de desenvolvimento: integrado, interdisciplinar, sistémico, solidário, diferenciado, flexível, participado, democrático, mais humano e articulando melhor as necessidades e recursos locais. Para o mesmo, *“as iniciativas de Desenvolvimento Local podem desempenhar um papel fundamental na busca de um novo conceito de Desenvolvimento, que seja efectivamente um processo de Des-envolvimento ...”*. Por outras palavras, evitar que indivíduos ou grupos sociais *“infectados pelos vírus da marginalização económica, social, da crise económica ou das reestruturações e reconversões produtivas, sucumbam a uma espécie de “SIDA societal”* que os impossibilita de resistir perante diferentes situações. Neste sentido, as iniciativas de desenvolvimento local aparecem como se se tratassem do único tratamento eficaz, capaz de prevenir que o referido síndrome se torne mortal (Amaro, 1992: 19).

### 1.5.2) Limites

De acordo com Amaro (1992; 2000) e Fragoso (2005b) o desenvolvimento local apresenta igualmente algumas limitações e riscos: uma visão muito *localista* e fechada do desenvolvimento; o protagonismo pessoal em excesso pode impedir a participação e hipotecar o futuro dos projectos; o não-enraizamento local; a desintegração (não a economia); a subsídio-dependência; pode ser passageiro (durar, no máximo, a longevidade de uma geração); não conseguir resolver os problemas de desemprego crescente, embora possa contribuir para a criação e manutenção de alguns empregos; não conseguir, por si só, travar o envelhecimento das populações interiores e a migração dos jovens.

A ANIMAR (1998) defende que uma construção mais consistente do DL pressupõe: o reforço de uma prática que renove e fortaleça os valores da cidadania, justiça e solidariedade incentivando o diálogo intergeracional essencial a um provir sustentável; o reforço do próprio movimento, melhorando o funcionamento da (s) rede (s) e cimentando as interações entre as Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local (OIDLs), num espírito de debate de ideias, intercâmbio de experiência e saberes, que permitam renovar e agilizar as suas práticas e metodologias.

## II - PARTICIPAÇÃO

A participação, como um dos pilares do desenvolvimento local, reveste-se de grande importância para a consolidação da melhoria do bem-estar da comunidade local, sendo esta uma das mais importantes características do desenvolvimento. No primeiro ponto, começamos por caracterizar e definir o conceito de participação, destacando-a como premissa básica no e para o processo de desenvolvimento. A participação é analisada como conceito, funcionando como um agente social que facilita a existência de mudanças concretas na realidade, a partir do envolvimento da comunidade e como um instrumento importante na defesa de interesses comuns.

No segundo ponto, distinguimos sete diferentes formas de participação identificadas pelo Jules Pretty (1995), de modo a evitarmos possíveis erros de interpretação.

O terceiro ponto desbruchar-se-á sobre as metodologias participativas, em que são nomeados diferentes instrumentos que permitem tornar um processo de desenvolvimento participativo mais transparente e mais confiável. Concluímos o capítulo identificando as principais vantagens e limites da participação.

### 1.1) A Questão da Participação

A participação é premissa básica para o desenvolvimento humano, na medida em que é um dos elementos fundamentais do exercício da liberdade e da cidadania activa. A participação não se resume a uma palavra pois é, sobretudo, uma componente integrante e activa do processo da vida social. Tendo em conta que a participação é susceptível de aprendizagem, o desenvolvimento participativo requer tempo, por implicar mudanças de pensamento, comportamentos e atitudes. É importante que este desenvolvimento não seja imposto, concedido ou doado para que os resultados sejam positivos (Mendonça, 2004).

Participação implica empenho pessoal através da aprendizagem, difícil, das regras e dos meios para se fazer ouvir e entender. Leonora Angeles considera que é fundamental acreditar na capacidade das pessoas para detectarem os seus problemas e encontrarem as respectivas soluções (Camacho, 2009).

Para Henriques (1990: 27) a participação é “*entendida como organização autónoma e voluntária para a defesa de interesses ou para a concretização de objectivos comuns.*” Também pode ser entendida como “*o processo através do qual as pessoas, e entidades, que*

*têm interesse legítimo em exercer influência, participam no controlo das iniciativas de desenvolvimento e nas decisões e recursos que os afectam”* (Monteiro, 2008: 73).

A participação é um instrumento importante pois promove a articulação entre os actores sociais, fortalecendo a coesão da comunidade e melhorando a qualidade das decisões, facilitando o alcance de objectivos de interesse comum. Contudo, as práticas participativas não podem ser encaradas como procedimentos infalíveis, capazes de proporcionar sempre soluções adequadas para problemas de todos os tipos (Bandeira, 1999).

Segundo Monteiro (2008) a participação é um valor, faz parte da estratégia e é um instrumento. No que respeita ao valor, vai de encontro aos direitos humanos – expressar, fazer-se ouvir, organizar-se, decidir e exigir o cumprimento dos direitos. Da componente estratégica fazem parte, a título de exemplo, os excluídos que procuram incluírem-se na sociedade em que estão inseridos, sendo que são estes que sentem e melhor conhecem as suas reais dificuldades. O instrumento relaciona-se com a intervenção das pessoas e grupos numa situação de precariedade. Neste caso, a participação tem funções motivadoras, pedagógicas, sociais, políticas e culturais. Como consequência, podemos aferir que, sem esta participação, é difícil avançar de forma duradoura e, até certo ponto, sustentável, na erradicação da exclusão social, particularmente quando estas tentativas são realizadas à escala local. Ainda na perspectiva de Monteiro (idem: 74), “*o poder da participação reside na capacitação das comunidades, permitindo o desenvolvimento das capacidades de auto-ajuda, solidariedade e acção colectiva. De forma a intervir de modo mais directo nas iniciativas de desenvolvimento, a participação adquire uma forma activa e dinâmica que permite à população jogar com a sua importância crescente nas actividades de desenvolvimento*”.

A perspectiva participativa permite que os grupos minoritários possam, também, ter voz activa na tomada de decisão no meio em que se inserem, constituindo assim o seu mecanismo de *empowerment*.

Friedmann (1996) refere que o *empowerment* dos mais pobres e excluídos baseia-se no aumento de poder dos indivíduos e comunidades organizadas na tomada de decisões sobre os seus problemas. Os poderes deixam de estar concentrados no Estado e as comunidades podem decidir sobre o seu futuro. Contudo, esta partilha de decisões e poderes não colocam de lado a necessidade de estabelecerem parcerias com actores exteriores à comunidade, tal é o caso do Estado. Tendo em conta que o desenvolvimento participativo se baseia no *empowerment*, este é considerado por Friedmann como sendo extremamente político, já que os membros da comunidade, quando envolvidos na procura de soluções para os problemas que os afectam, lutam por direitos humanos e reivindicam a cidadania.

Para haver desenvolvimento de longo prazo, é indispensável haver uma visão participativa e o envolvimento de toda a população abrangida pelo projecto, seja qual for o grau de literacia, etnia, ou género, sendo importante que não se sintam obrigados a colaborar. Não obstante a inclusão da população ser um processo muito delicado e lento, sem esta inclusão um projecto dificilmente terá êxito e sustentabilidade (idem).

Theo Oltheten defende que os projectos de desenvolvimento não têm por hábito incluir na fase inicial de preparação, os grupos-alvo nem os seus representantes. Normalmente esses projectos surgem da iniciativa de instituições governamentais e não governamentais, tanto nacionais como internacionais, assumindo o controlo total do projecto, o que assume claramente as características de intervenção externa. Neste tipo de intervenção, o grupo-alvo intervém, no máximo, na fase de identificação e planeamento do projecto, uma avaliação geral dos constrangimentos e oportunidades, e o resultado é a não-identificação do público-alvo com o projecto. A tomada de consciência destas situações tem levado a que algumas intervenções comecem a adoptar *abordagens participativas* como ferramenta de trabalho. Deste modo a participação das pessoas passou a ser vista mais vezes como um pré-requisito para se atingir o desenvolvimento sustentável (Camacho, 2009).

O autor distingue dois tipos de abordagens e interpretações diferentes de participação, conforme os objectivos dos projectos e as estratégias envolvidas:

O primeiro tipo é a abordagem *orientada pelo alvo*, em que os projectos são definidos em termos de mecanismos, de modo a fazer chegar conjuntos pré-definidos de bens e serviços a determinadas pessoas. Neste sentido, a participação é entendida em termos da vontade da população para realizar as actividades pré-definidas.

O segundo tipo pode ser chamado de abordagem *orientada pelo processo*. Neste caso, as actividades são decididas pelas próprias pessoas a quem se destinam, com o apoio do projecto. Neste contexto, entende-se por participação, a apropriação e assunção de responsabilidade, por parte do grupo-alvo, nas actividades identificadas e desenvolvidas, tanto no projecto como com o apoio deste. Considera-se a participação como o acto de acreditar que as pessoas são capazes de analisar as suas próprias situações e propor soluções para os seus problemas, melhor do que uma pessoa proveniente do exterior.



## 1.2) Diferentes Formas de Participação

Jules Pretty (1995) adverte para algum cuidado quando se usa e interpreta o termo participação e considera que este conceito tem diferentes significados para distintas pessoas e organizações. Assim, identifica sete níveis:

- ▶ *Participação passiva*: quando as pessoas participam somente depois de serem informadas do que vai acontecer ou já aconteceu, não existindo *a priori* qualquer tipo de diálogo ou consulta às pessoas;
- ▶ *Participação no fornecimento de informação*: tendo como instrumento os questionários fechados ou abordagens semelhantes, os investigadores colocam questões às pessoas;
- ▶ *Participação consultiva*: os agentes externos consultam as pessoas e depois procedem a identificação dos problemas e propõem soluções;
- ▶ *Participação por incentivos materiais*: em troca de dinheiro, equipamentos, sementes, entre outros as pessoas contribuem com recursos como mão-de-obra e terra. Contudo, elas não são incluídas no processo de aprendizagem, e quando o incentivo lhes é retirado o entusiasmo acaba;
- ▶ *Participação funcional*: os objectivos do projecto são pré-definidos por agentes externos e posteriormente são constituído grupos de forma a alcançar esses objectivos;
- ▶ *Participação interactiva*: as pessoas analisam e elaboram em conjunto planos de acção que podem propiciar o surgimento de novas organizações ou fortalecer as existentes. O controlo das decisões locais é realizado pela própria população que participa na manutenção das estruturas e práticas;
- ▶ *Participação por auto-mobilização*: a população não depende das instituições externas para tomar iniciativas. Aqui as instituições externas são contactadas pela população apenas para obtenção de recursos e aconselhamento técnico necessário. Deste modo são os próprios visados que controlam a forma como os recursos são utilizados. Estas acções colectivas tanto podem mudar como não um problema social existente.

Constata-se que estas sete definições são um espectro mais discriminado do fenómeno de participação do que a proposta apresentada por Theo Oltheten que nos parece demasiado dicotómica.

A proposta de Jules Pretty subdivide o conceito de participação em sub-conceitos que vão de uma maior passividade por parte destinatários dos projectos, a uma participação mais vivida e implicada nos processos de mudança.

### 1.3) Metodologias Participativas

Existem vários instrumentos que podem ser utilizados em processos de desenvolvimento, e são concebidos para diferentes tarefas e situações, em prol do desenvolvimento participativo. Estes instrumentos são organizados em quatro categorias pelo World Bank (Camacho, 2009):

► *Métodos baseados em workshops*: permitem que os *stakeholders* tomem decisões de forma colaborativa. Normalmente são chamados *workshops* de planeamento e possibilitam a junção dos *stakeholders* na elaboração de projectos de desenvolvimento orientados por um facilitador. Este método pretende estimular a colaboração dos *stakeholders*, bem como a ideia de *aprender fazendo*. O Planeamento de Projectos Orientado por Objectivos (ZOPP - *Zielorientierte Projektplanung*) é um exemplo deste instrumento.

► *Métodos iniciados na comunidade*: este instrumento permite que o trabalho seja desenvolvido com e nas comunidades locais. Os moradores são especialistas e os facilitadores têm como missão tentar entender as suas realidades. Posteriormente iniciam-se os processos colaborativos de tomada de decisão. Como exemplo destes métodos temos a Avaliação Rural Participativa (PRA – *Participatory Rural Appraisal*), em que estão envolvidos os agentes de desenvolvimento, os funcionários governamentais e as populações locais. É um método que permite que as pessoas realizem as suas próprias apreciações, análise e planeamentos, valorizando principalmente o conhecimento local.

► *Os métodos de consulta aos stakeholders*: este método consiste em escutar e consultar os *stakeholders*. Através deste método é possível transmitir aos potenciais financiadores, quais as prioridades e preferências da população. Um exemplo destas técnicas é a Avaliação dos Beneficiários (BA – *Beneficiary Assessment*). Esta técnica consiste em procurar saber quais são os interesses e percepções dos beneficiários e outros *stakeholders*, de modo a garantir que as suas preocupações são ouvidas e por conseguinte são incluídas, a quando da formulação de projectos e políticas. Esta técnica tem como propósito envolver e dar voz às pessoas mais desfavorecidas.

► *Métodos de análise social*: com este método os assuntos, que na maior parte das vezes são ignorados, têm oportunidade de serem incluídos no projecto, na medida em que são analisadas situações que são tidas em conta no momento da concessão do projecto. A título de exemplo, refira-se o método de Análise de Género (GA – *Gender Analysis*), que tem como objectivo compreender e documentar as diferenças que existem em relação aos papéis de género, actividades, necessidades e oportunidades em determinado contexto.

Porém, nem todos os instrumentos referidos anteriormente permitem promover processos realmente participativos. De entre todos os métodos acima referidos, os que se baseiam em *workshops* e os métodos *iniciados na comunidade* possuem maior potencial para criar uma dinâmica participativa. Os métodos de *consulta aos stakeholders* e os métodos de *análise social*, ainda que sejam importantes para iniciar um processo participativo, são insuficientes para dinamizar uma verdadeira participação.

## **1.4) Vantagens e Limites da Participação**

### **1.4.1) Vantagens**

Existem diferentes argumentos que sustentam a ideia da importância da participação para promoção do desenvolvimento, tanto a nível nacional, regional ou local (Bandeira, 1999). Segundo este autor a dinamização de processos participativos tem vantagens na medida em que:

- a) promovem o envolvimento da comunidade directamente afectada no momento da concepção, elaboração, implementação e avaliação de projectos de desenvolvimento, permitindo assegurar maior eficácia e sustentabilidade das intervenções;
- b) asseguram maior transparência em relação às acções públicas, na medida em que estimulam a comunidade a ser parte activa na vida pública;
- c) permitem a acumulação de capital social, tornando-se um importante factor elucidativo das diferenças regionais no que respeita a níveis de desenvolvimento;
- d) possibilitam o processo de formação e consolidação das identidades locais, que facilitam consensos entre os actores sociais, importantes para o processo de desenvolvimento;
- e) permitem que as comunidades influenciem a formulação e implementação das políticas públicas, por conseguinte, adaptam-se melhor aos contextos locais;

f) facilitam a articulação entre os técnicos e as comunidades locais e também propiciam os processos de capacitação e de aprendizagem colectiva, essenciais para o processo de desenvolvimento.

#### **1.4.2) Limites**

Os processos participativos não são práticas infalíveis, pois são condicionados por alguns limites que lhes são inerentes (Camacho, 2009):

a) Por vezes podem resultar conflitos entre os diferentes actores envolvidos em resultado de ideias, valores, necessidades, interesses, ideias pré-concebidas, diferenciadas e contraditórias. Esta limitação deve ser atenuada por uma compreensão, desde o início, de quem são os participantes, quais são as suas motivações e até que ponto concordam com a dinâmica do projecto;

b) A participação prevê que as populações estejam envolvidas em acções que lhes dizem respeito. As minorias, que são grupos sociais que não possuem poder de decisão, são frequentemente ignoradas em favor das elites, que se apoderam dessas iniciativas;

c) Uma má concepção ou implementação inadequada dos processos participativos, tanto pode provocar resultados desadaptados, como provocar descrédito, no que respeita à sua viabilidade e conveniência e suscitar desconfiança dos *stakeholders* perante o projecto que vão desenvolver.

d) Os objectivos não declarados de algum dos actores - chave do processo pode por em causa a credibilidade das práticas participativas. O oportunismo e as tentativas de manipulação por parte destes actores fomentam a desconfiança na comunidade, o que faz com que o processo participativo tenha resultados indesejados. A transparência é, pois, fundamental.

e) O processo participativo é demorado. Requer o tempo necessário para permitir que todos os *stakeholders* relevantes participem. Nos processos de planeamento é necessário capacitar certos grupos como, minorias étnicas, jovens, mulheres, entre outros, que tendem a ser ignorados nos planeamentos convencionais, para que aproveitem o máximo o processo de participação.

### III - TURISMO CONVENCIONAL *VERSUS* NOVAS FORMAS DE TURISMO

O turismo tem vindo a tornar-se progressivamente importante e crescente em todo o mundo, devido ao reconhecimento do seu relevante papel no desenvolvimento económico e social, gerando renda e empregos, tanto directos como indirectos. Resulta, também, do modo vida contemporâneo, em que os serviços procuram dar conforto e prazer aos seus usuários sendo, porém, restritos a poucos. O presente capítulo é essencialmente dedicado à revisão do enquadramento conceptual do turismo. Em primeiro lugar, fazemos uma retrospectiva histórica do conceito para, a seguir, procurarmos esclarecer a noção de turismo através de uma revisão do seu significado e tipologia. Os últimos pontos debruçam-se especificamente sobre a situação do turismo mundial em África. A seguir são feitas abordagens aos efeitos negativos do turismo e, por conseguinte, abordamos a questão do turismo alternativo.

#### 1.1) Contexto Histórico do Conceito de Turismo

Historicamente, a palavra turismo deriva do termo antigo hebraico *Tur*, associado à noção de viagem, de descoberta, de exploração e de reconhecimento. Se o conceito do turismo for entendido como sinónimo de viagem e se se tiver em conta o aspecto social, conclui-se que o turismo é tão antigo como a existência humana. A noção de turismo celebrou-se em 1700, ligado à ideia do *Grand Tour*, baseada numa viagem pela Europa no âmbito da civilização ocidental, que se revela oposta à ideia de *Petit Tour*, pois a viagem era feita apenas entre o Sul e o Oeste da França. Independentemente das diferenças existentes entre o *Grand Tour* e o *Petit Tour*, a viagem é considerada como o elemento comum entre ambos (Comoane, 2007).

Em termos históricos, Baptista (1990) dividiu a evolução do turismo em três fases:

- ▶ As Primícias: é a fase em que foram realizados os primeiros jogos olímpicos na Grécia antiga; também nesta fase, já no Império Romano, era comum os romanos frequentarem as águas termais; verificava-se também circuitos realizados no continente Europeu;
- ▶ A fase do nascimento: remonta ao século XIX, distinguindo-se pela evolução dos meios de transporte, o que possibilitou levar a cabo viagens mais longas; verificou-se, também nesta fase, o aumento dos rendimentos e de mudança de mentalidades;
- ▶ Fase de desenvolvimento (séc. XX), com período transitório entre 1905 e 1935. Nesta fase verifica-se alteração no tipo de cliente, com o desaparecimento do turismo aristocrático, da

extensão das estações (relativamente ao tempo) turísticas e do reconhecimento do lazer ou ócio.

Na perspectiva de Cunha (2006) os tempos que sucederam à II Guerra Mundial marcaram o início da Idade Contemporânea, sendo que a partir daí o turismo evoluiu da seguinte forma:

- *Democratização*- em que todos os estratos sociais da população começam a participar no turismo;
- *Planetarização*- chamado de turismo global. Neste caso, o turismo ultrapassa as fronteiras, estendendo-se por todos os continentes. Para este facto contribuíram: o desenvolvimento do transporte aéreo, as viagens mais baratas, o aumento de segurança nas viagens aéreas. Devido a todos estes factores, o turismo passou a exercer maior importância na economia;
- *Desenvolvimento do turismo social* – os governos incentivam as camadas economicamente mais fracas da população a passarem férias fora do seu local de residência, estimulando e apoiando para criação de equipamentos turísticos adequados;
- *Inquietação*- as viagens por períodos curtos, representam uma resposta à maior inquietação e desejo de mudança resultante do modo de vida actual;
- *Valorização*- os desgastes provocados pelo turismo no meio ambiente e nos recursos naturais, levaram à preocupação com o equilíbrio e com a utilização do turismo como factor de valorização da Natureza;
- *Diversificação da oferta* - por um lado, temos o desenvolvimento de novas formas de alojamento através do surgimento de alojamentos não-tradicionais (por exemplo, o campismo). Por outro lado, o incremento de novas formas de atracção turística baseadas na tecnologia e na inovação (ex: os parques temáticos).

## **1.2) Turismo e Lazer**

Ao falarmos do conceito de lazer, importa antes caracterizar o conceito de tempo livre. O tempo livre emerge como um subconjunto do tempo de não-trabalho, é uma expressão do qual pode haver várias aplicações possíveis, dependendo das motivações de cada indivíduo, sendo assim o lazer é uma das aplicações possíveis. Neste sentido o lazer é tido como uma forma de descanso (Matias, 2007).

Na perspectiva de Dimitrios Stavrakis (apud Baptista, 1990: 40) “ *o lazer corresponde a um bem-estar do Homem, em si próprio e nas relações com os outros. É uma qualidade de estar, no sentido de poder expandir-se e realizar-se. É a recriação contínua de ser ou estar durante a vida*”.

O lazer é muitas vezes entendido como o acto de descansar que, embora incorpore uma carga de subjectividade intrínseca a cada indivíduo, se pode expressar sob a forma de descanso activo (ex: praticar desporto) ou descanso passivo (ex: ler, dormir, etc.). Os tempos livres são a fonte das actividades de turismo e do lazer, pois se não existisse os tempos livres, não existiriam também o turismo e o lazer (Matias, 2007).

O fenómeno do lazer presente no mundo económico (Baptista, 1990) tem por função acalmar e distrair o Homem do trabalho. O lazer é considerado o “balão de oxigénio” que permite recuperar as forças para continuar. O turismo representa uma das expressões globais do mundo dos lazeres, sendo a sua importância internacional traduzida por movimentos crescentes do turismo no mundo, pelo alargamento e pela diversificação dos domínios de competência dos organismos nacionais do turismo, etc.

Para Matias (2007), actualmente, o mercado do lazer está em grande progresso, facto que pode ser explicado por duas razões fundamentais: uma de cariz demográfico e outra de raiz social.

### **1.3) Definições e Tipologias de Turismo**

#### **1.3.1) Definições do Turismo**

O turismo como área científica recentemente formada, desenvolveu as suas raízes teóricas e empíricas a partir de outras áreas. O seu corpo de conhecimentos e domínio de estudo formaram-se tendo como base as ciências sociais, nomeadamente a: Geografia, Economia, Sociologia, Psicologia, Política, História, Ecologia, Antropologia e Gestão (Paulo Rita, 1995).

O mundo contemporâneo encontra-se envolvido por aquilo que chamamos de globalização. Não se trata de um processo novo, pois as suas raízes são bem profundas, mas, o desenvolvimento das comunicações e das informações vieram provocar mudanças radicais no mundo, alterando a noção do espaço e do tempo. Assim, no contexto de globalização o turismo ganhou maior visibilidade e maior importância. O turismo apresenta-se como uma das mais importantes actividades económicas mundiais.

A noção de turismo tem sido, nos últimos tempos, alvo de um intenso e animado debate, no sentido de procurar um fio condutor suficientemente forte para permitir de forma consistente entender o que realmente pretende significar. Portanto, não existe definição unívoca e universal para o termo turismo.

A impossibilidade de se encontrar uma definição global para o mesmo resulta do facto de o entendermos amplamente como um estado de espírito, uma atitude, um comportamento, uma experiência pessoal, o que não é susceptível de definição. Muitas vezes, a definição de turismo limita-se à caracterização dos seus actores, que neste caso são os turistas (Vieira, 1997). Porém, os actores do turismo não se limitam apenas aos turistas, temos também que considerar os operadores turísticos e os visitantes.

Por turista entende-se qualquer pessoa que visita um lugar que não é o da sua residência por quaisquer motivos não-remuneráveis. Já o termo visitante pode ser dividido em duas categorias: a de turista, entendido como o visitante que permanece pelo menos durante 24 horas no destino visitado; e a de excursionista, visitante que permanece por menos de 24 horas no destino visitado (Paulo Rita, 1995).

Para tentarmos uma aproximação satisfatória ao conceito de turismo, relevaremos alguns autores que, de forma mais simples ou mais ampla, contribuem com significados para este conceito. A American National Tourism Policy Study define o turismo como “*o conjunto de acções ou actividades dos turistas ou o conjunto das actividades económicas que servem os turistas, constituindo esse conjunto um complexo sistema em que interagem um vasto conjunto de bens e serviços*” (apud Vieira, 1997: 43-44). No mesmo sentido, Cunha (2006) define turismo como “*a actividade económica decorrente dos movimentos turísticos*”. Uma das definições que surge com maior grau de sistematização é a de Hunziker e Krapf, na qual estes definem o turismo como “*o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma actividade lucrativa principal, permanente ou temporária*”(apud Matias, 2007: 28).

Não obstante as diferentes definições aí apresentadas, que não são consensuais, podemos considerar que todos partilham da ideia de que o turismo é uma prática social que tem como base a mudança na rotina diária das pessoas. O turismo é um fenómeno que caracteriza bem o modo de vida das sociedades modernas, constituindo uma consequência de necessidades nos domínios do lazer, da cultura, da religião, etc. A industrialização através do progresso tecnológico e científico influenciou os fluxos turísticos, visto que conduziu à melhoria dos transportes em termos de rapidez, conforto, segurança e custo; levou ao aumento



dos tempos livres; foi uma via para a melhoria do nível de vida. Do mesmo modo, a industrialização é responsável pelo surgimento de necessidades como o combate à tensão provocada pela urbanização e o desenvolvimento de trocas de conhecimentos (Costa *et al*, 2000).

Para Rita (1995), sendo o turismo definido como mercado, é melhor compreendido em termos de oferta e procura. Neste sentido, do ponto de vista da procura, o turismo pode ser explicado baseado em factores como a duração da estadia, a região de origem e o motivo da visita. A procura turística divide-se em dois sectores: internacional e nacional. Consideram-se turistas internacionais quando se tratam de visitantes internacionais que permanecem pelo menos vinte e quatro horas e menos que um ano no país visitado. No contexto da oferta, o turismo pressupõe cinco sub-sectoros fundamentais - atracções; alojamento; transporte; organizadores de viagens; organizações do destino turístico.

Porém, a oferta turística e alguns elementos que a integram, só é objecto de procura quando está englobado num produto concreto criado para responder às necessidades concretas dos consumidores.

Deste modo, o produto turístico é definido por Cunha (2006: 204) como “*o conjunto dos elementos que, podendo ser comercializado, directa ou indirectamente, origina as deslocações, gerando uma procura*”.

Existem várias características que distinguem (Rita, 1995) o produto turístico de outros produtos. As diferenças são consecutivamente apontadas: ao contrário de produtos tangíveis, este produto é produzido pelos fornecedores no momento em que é consumido pelos clientes; não é um produto fácil de standardizar e a sua qualidade é difícil de prever; nenhum produto turístico é igual a outro; não pode ser armazenado; a estação do ano, dia da semana e hora do dia influencia a sua procura; cada sub-sector e unidade envolvida na tentativa de satisfazer a necessidade do turista pode afectar o sector na sua totalidade.

O produto turístico inclui três componentes básicos, disponíveis em cada destino, podendo assim o turista seleccionar as actividades que deseja realizar (Rita, *idem*): as atracções do destino turístico que induzem o turista a visitar um determinado destino; as infra-estruturas do destino turístico (alojamento, restauração, diversão, etc.); acessibilidade do e no destino turístico que é determinada pela distância económica (ex.: pelos transportes disponíveis).

Cunha (2006) defende que, neste âmbito, a capacidade de resposta às necessidades e preferências dos consumidores ditam o sucesso de um negócio turístico. Nesse sentido, conseguir dar resposta a essas necessidades pressupõe que se conheçam os reais motivos que

levam as pessoas a viajar, havendo pois a necessidade de entender os comportamentos dos turistas e o que os leva a tomar determinada decisão. Neste contexto, um motivo é entendido como um factor interno que desperta, dirige e integra o comportamento das pessoas, influenciando-as a agir até que as suas necessidades sejam satisfeitas.

O turismo consiste na deslocação das pessoas tanto a nível interno como a nível internacional e estas deslocações temporárias do seu local de residência com o fim de visitar outros lugares podem acontecer por vários motivos.

Na perspectiva de Vieira (1997) as principais motivações dos turistas referem-se a um conjunto de factores que, por sua vez, também diferenciam os destinos turísticos entre si e, em termos económicos, resulta do encontro da oferta de serviços turísticos no destino ou durante a viagem, com a procura dos turistas que não se importam de pagar um determinado preço pelos serviços. Dos vários motivos possíveis e cumulativamente combináveis entre si, destacamos: a saúde; a cultura; o lazer; a investigação; a aventura; o negócio; o estudo; a religião, etc.

### **1.3.2) Tipologias do Turismo**

A tipologia do turismo torna possível identificar, do lado da procura, as motivações dos turistas e, do lado da oferta, permite medir o peso relativo dos diferentes recursos turísticos.

Podemos assim distinguir várias formas de turismo:

- *Turismo de Lazer* (Comoane, 2007): quando o objectivo da viagem é o passeio. Neste caso, o turista deseja mudar de ares, conhecer novos lugares, passar férias ou visitar amigos. É um tipo de turismo que pode ser praticado em qualquer lugar, mas é essencial que seja num lugar o mais tranquilo possível, com boas infra-estruturas e que proporcione maior gozo ao visitante.
- *Turismo de Eventos* (idem): é realizado para discutir matérias de interesse comum, onde são abordados diferentes temas de âmbito profissional, cultural, desportivo ou outro. Exige lugares de acomodação em quantidade e qualidade, uma ampla e forte segurança, facilidades em termos de transporte e equipamento de som, audiovisual e internet. Este tipo de turismo compreende: congressos, convenções, seminários, mesas redondas, salões e feiras, bolsas, festas, festivais, *workshops*, etc.
- *Turismo de Saúde/ Àguas Termiais* (Vieira, 1997; Comoane, 2007): este tipo de turismo deve-se ao desenvolvimento da medicina termal apta a tratar as doenças inerentes ao crescente

envelhecimento da população, as doenças urbanas<sup>2</sup>, bem como à recuperação física<sup>3</sup> e o relaxe. Neste tipo de turismo, o produto em causa são as águas hidrominerais naturais, conhecidas e procuradas pelas suas propriedades medicinais. No entanto, exige que a região disponha de boas infra-estruturas e bons equipamentos.

- *Turismo Desportivo* (Comoane, 2007): está relacionado com eventos desportivos, envolvendo tanto os participantes como as pessoas que vão assistir a esses eventos. Dependendo de onde vêm os atletas que vão participar nos jogos, este tipo de turismo pode ser caracterizado como sendo local, regional, nacional ou internacional. Não obstante, representa um importante veículo para o marketing das instituições, empresas e países, tornando-se assim numa oportunidade para o incremento dos rendimentos dos países acolhedores.

- *Turismo Religioso* (Vieira,1997; Comoane,2007): tem a ver com as peregrinações religiosas a lugares considerados sagrados. A título de exemplo temos o Santuário de Fátima em Portugal ou Meca visitada pelos maometanos.

- *Turismo da Juventude* (Comoane, 2007): é realizado por jovens, estudantes ou não, com o propósito de festejar algum acontecimento, e também para promover intercâmbios com outros jovens. É importante que os locais visitados por estes jovens ofereçam boas condições de diversão.

- *Turismo Social* (Vieira, 1997; Comoane, 2007): é constituído por várias infra-estruturas turísticas, de alojamento, de animação (etc.) sem fins lucrativos e fortemente subsidiada pelo Governo. A procura por este tipo de turismo é efectuada principalmente por clientes que não têm poder de compra para usufruir das infra-estruturas turísticas comerciais. É muitas vezes organizado pelas entidade empregadoras a favor dos seus trabalhadores.

- *Turismo Cultural* (idem): de difícil definição, quer no que diz respeito aos recursos que o caracterizam, quer quanto às motivações dos turistas que os procuram e dele usufruem. Esta dificuldade advém do facto de que tudo constitui recurso enquadrável no turismo cultural: a maneira de viver, os comportamentos, as expressões de religiosidade, a gastronomia, etc. O turismo cultural é caracterizado como algo que envolve a participação em eventos ou acções de pesquisa por professores, estudantes, arqueólogos ou cientistas, com o objectivo de obter mais conhecimentos de uma determinada matéria. Ilustrativamente, encontramos as viagens destinadas aos estudos arqueológicos, com vista a escavações no Egipto, por exemplo.

---

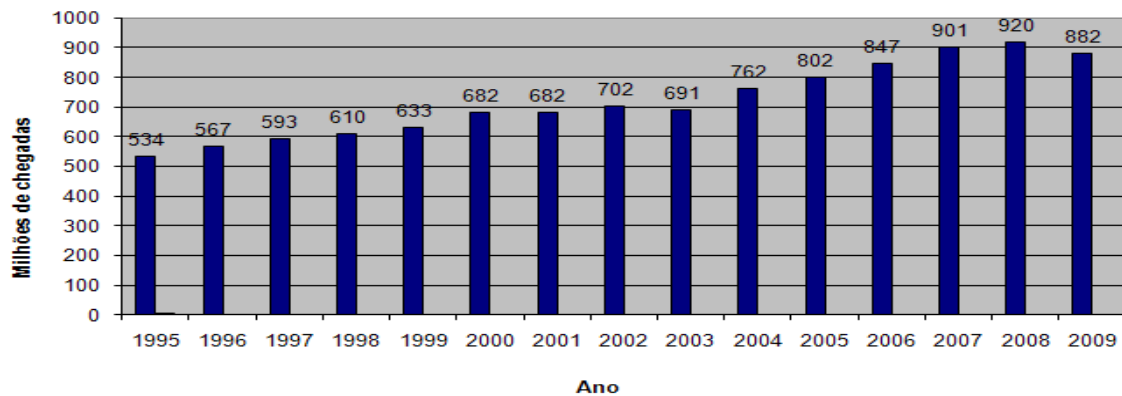
<sup>2</sup> As doenças urbanas resultam do estilo de vida nos grandes centros urbanos.

<sup>3</sup> É levada a cabo na hotelaria termal, possibilitada pela modernização das instalações de tratamento termal transformadas em verdadeiros clubes de saúde.

- *Turismo Étnico e Nostálgico* (Comoane, 2007): é praticado por pessoas que desejam visitar os seus locais de origem ou dos seus antepassados, ou apenas para assistir as manifestações culturais dos povos nativos.
- *Turismo Gastronómico* (idem): tem por objectivo promover os pratos típicos ou outros produtos comestíveis, em que os sabores passam a constituir um atractivo para os turistas internacionais.
- *Turismo Ecológico* (idem): é fundamentalmente praticado por pessoas provenientes dos países desenvolvidos que procuram nos destinos exóticos contemplar a natureza e também as espécies próprias das zonas tropicais.
- *Turismo de Aventura* (Comoane, 2007): é praticado principalmente pelos aventureiros, pessoas que procuram emoções que lhes aumente a adrenalina. Temos, como caso deste tipo, os alpinistas.
- *Turismo de Cruzeiro Marítimo* (Comoane, 2007): as pessoas viajam em navios bem equipados que oferecem a bordo praticamente todas as condições que teriam em terra, a preços competitivos.
- *Turismo de Negócios* (Comoane, 2007): é praticado por pessoas de muitas idades, que se deslocam para reunir com parceiros, fornecedores ou clientes. Viajam a qualquer altura do ano, permanecem por pouco tempo no lugar e, tipicamente, acomodam-se em hotéis de luxo que oferecem todas as facilidades.
- *Turismo de Compras* (Comoane, 2007): praticado por pessoas que viajam para adquirir produtos específicos, ou que sendo outro o motivo da viagem, não regressa ao seu destino sem um produto de recordação específico.
- *Turismo de Terceira Idade* (Comoane, 2007): é praticado por idosos, que procuram repousar em lugares que disponham de belas paisagens, que sejam tranquilos e seguros.
- *Turismo no Espaço Rural* (Vieira,1997; Comoane,2007): é o contraponto ao turismo no espaço urbano e ao turismo balnear, podendo assumir três formas: turismo de habitação; turismo rural e agro-turismo. É essencialmente praticado por pessoas que procuram oportunidades para a prática de actividades apenas possíveis em zonas rurais, privilegiando principalmente o contacto com a natureza.

#### 1.4) Situação do Turismo a Nível Mundial

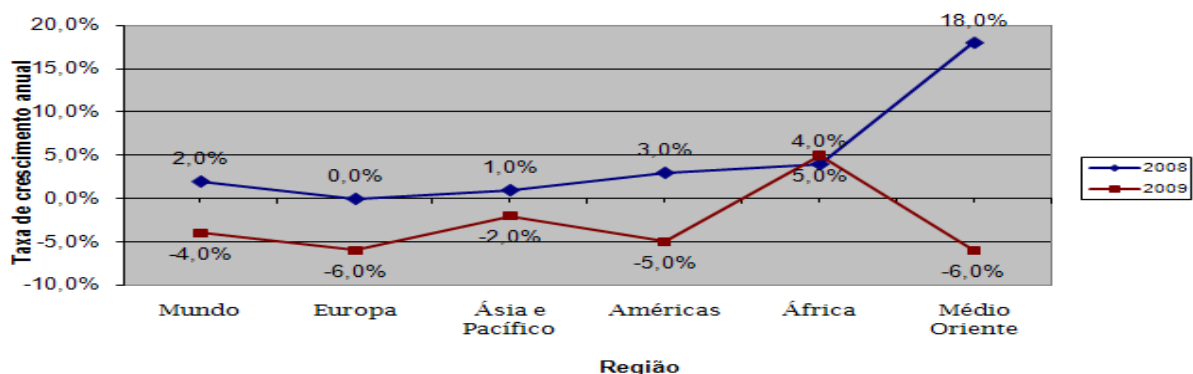
**Gráfico 1- Chegadas de Turistas Internacionais no Mundo, 1995-2009**



Fonte: Organização Mundial do Turismo- OMT

De acordo com a evolução das chegadas de turistas internacionais entre 1995 a 2009, verificamos que o número de turistas internacionais cresceu, de forma progressiva e regular entre 1995 e 2000, de 534 milhões para 682 milhões respectivamente. Em 2001, o fluxo de chegadas estagnou, mantendo o mesmo nível de 2000 (682 milhões). Em 2002 verificou-se um ligeiro acréscimo das chegadas, 702 milhões, mas logo no ano seguinte, em 2003, as chegadas sofreram um decréscimo brando situado em 691 milhões de chegadas. Os dados de 2004 a 2008 indicam um aumento relevante de 762 milhões para 920 milhões, respectivamente. Mas 2009 foi um ano muito difícil para o sector turístico, constatando-se uma queda significativa nas chegadas de turistas, para 882 milhões de turistas.

**Gráfico 2- Chegadas de Turistas Internacionais por Regiões, 2008-2009**



Fonte: Organização Mundial do Turismo- OMT

Fazendo uma análise comparativa de distribuição de fluxo de chegada turística entre o ano de 2008 e 2009, constata-se que 2009 foi um ano péssimo para a maioria das regiões, com

excepção de África que, ao contrário das outras regiões, cresceu. Verifica-se no gráfico que todas as regiões tiveram resultados negativos, sendo a Europa e o Médio Oriente as regiões mais afectadas. Segundo os dados da OMT, no continente europeu, em 2009, comparativamente a 2008, verificou-se um decréscimo de -6% e no Médio Oriente observa-se também uma retracção de -6%. Nas Américas decresceu -5%, na Ásia e Pacífico -2%, e, por último, o Mundo apresentou uma média de crescimento situada em -4%. Tanto a crise económica mundial como o receio do vírus da gripe A (H1N1) foram responsáveis pelos maus resultados no fluxo turístico, tanto em 2008 como em 2009 (com maior pressão).

A OMT prevê para 2010 um aumento do fluxo turístico para todas as regiões, situação que contrapõe aos resultados obtidos no ano de 2009 (Ver anexo B, quadro 1).

Apesar de se verificarem irregularidades no âmbito da evolução de turismo, a OMT arrisca em fazer previsões para 2020, defendendo que a actual desaceleração do crescimento será compensada a médio e longo prazo. Para 2020, a OMT prevê um total de chegadas mundiais rondando 1,6 bilhões de turistas internacionais.

Quanto às chegadas por região, em 2020, prevê-se que as três primeiras regiões responsáveis pelos principais fluxos turísticos a nível internacional serão: a Europa com 717 milhões de turistas, o Leste Asiático e Pacífico com 397 e as Américas com 282 milhões. Em seguida surgem a África, o Médio Oriente e o Sul da Ásia. A OMT prognostica que o Leste Asiático e Pacífico, a Ásia, o Médio Oriente e África registarão um crescimento a 5%, em comparação com a média de mundial de 4,1%. Nas regiões da Europa e das Américas está previsto um crescimento inferior à média. A Europa manter-se-á com o nível mais elevado de chegadas internacionais, apesar de haver um declínio dos 60%, registados em 1995, para 46% em 2020.

### **1.5) Tendências do Turismo em África**

A actividade turística é inegavelmente um sector em crescimento, sendo um dos principais promotores do desenvolvimento económico a nível mundial. Nos países em desenvolvimento, como é o caso dos países africanos, a sua expansão é significativa e em alguns Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), representa mesmo o principal segmento de actividade económica.

No continente africano, o turismo adquiriu uma importância crescente ao longo do tempo, principalmente a partir de 1980, registando-se um crescimento do número de chegadas

internacionais, assim como da importância das receitas turísticas na contabilidade nacional. Entre o ano de 1950 e a década de 80, o sector do turismo em África era pouco significativo, principalmente se compararmos com outras regiões do globo, logo os seus efeitos na economia e na vida social era considerado fraco. Isto deveu-se ao facto de que muitas das regiões estavam a passar por processos tardios de independência política, em que estavam ligados os conflitos internos, que resultaram em instabilidade e insegurança; a falta de condições que permitisse acolher os fluxos de turistas em massa; à existência de várias doenças endémicas que tinham tendência a aumentar (Brito, 2004). Desse modo, prevalece no seio do turista internacional o receio de ir a África, pois muitos têm na sua ideia que este continente é inseguro e com doenças, como é o caso da malária e o HIV-SIDA, factores que levam a não querer arriscar fazer turismo em África.

Apesar dos receios e problemas acima citados, após a década de 90 o turismo passou a ser alvo de valorização, visto que foi concebido como um sector privilegiado na promoção de mudança social e de possível crescimento económico em África. Este continente revela-se dotado de um vasto potencial natural, nomeadamente as paisagens tropicais exóticas, bem como a sua especificidade cultural, essencialmente no que diz respeito à organização social, às tradições e às práticas culturais, etc. É muito complexo falar do turismo em África, devido à sua diversidade étnica, política, religiosa e geográfica que fazem com que as diferenças sejam claras, embora existam semelhanças preocupantes em relação a problemas sociais que o turismo pode enfrentar (Campos, 2008).

Na actualidade, o continente africano conta com 20 milhões de turistas, sendo que atrai menos de 3% do total mundial e capta menos de 2% dos rendimentos mundiais. Considera-se que são responsáveis por estes valores a frequente insegurança política e sanitária, a falta de infra-estruturas adequadas e a falta de cultura turística (Brunel, 2009).

Em África, a maior concentração de turistas situa-se nos raros países em que o turismo integra o desenvolvimento económico, principalmente ao norte (Egipto, Tunísia, Marrocos) e África do Sul. O norte da África foi uma das primeiras regiões fora do continente europeu a ser influenciada pelo turismo como nova forma de actividade económica, sendo resultado da sua proximidade com a Europa e a sua riqueza cultural. Embora os países do norte de África tenham maior fluxo de chegadas internacionais, o seu turismo é muitas vezes afectado pelos conflitos culturais, na medida em que são na sua maioria muçulmanos, ou pelo medo de atentados suicidas (Campos, 2008).

O turismo internacional nas regiões do centro da África é menos desenvolvido, elegendo-se, assim, como um dos grandes desafios desta actividade nos próximos anos, não

só pelo facto do turismo ser visto como uma via para resolução dos problemas sociais, mas também como forma de agregar atractivos turísticos ainda desconhecidos.

O sul da África ganhará uma nova dimensão depois do Mundial de Futebol em 2010 na África do Sul, o que poderá gerar vários benefícios à África Subsariana como destino turístico. O sul da África apresenta a maior perspectiva de evolução no continente, pelo que diz respeito aos seus elementos turísticos e à estabilidade verificada em grande parte dessa região (Campos, 2008).

A tendência de crescimento turístico em África e as suas eventuais consequências, é preocupante para as populações locais. Assim, na tentativa de preservação da biodiversidade, muitas áreas são incorporadas em parques naturais. África começa a assumir importante presença no turismo mundial, na medida em que estão dispostos a realizar tudo para atrair turistas, fornecedores de divisas. Assim, o continente africano aprende a vender aos turistas internacionais, paralelamente procurando novos cenários, a imagem de um continente preservado (Brunel, 2009).

Como se verifica no gráfico 2, apresentado anteriormente, em 2009 África foi o único continente que registou crescimento no fluxo turístico, entre 3% e 6%, colocando-se à frente do destino turístico mais requisitado (a Europa) que registou valores negativos entre -4% e -8%. A actividade turística em África continuará provavelmente a crescer, pois a OMT prevê para 2010 um aumento entre 4% e 7%.

### **1.6) Efeitos Negativos do Turismo**

Apesar do turismo ter uma grande importância económica a nível mundial, sobressaiem dele alguns efeitos negativos (Vieira, 1997):

- comercialização excessiva e adulterante das manifestações dos valores culturais locais;
- a imposição de comportamentos sociais alienantes e estranhos à comunidade local;
- a criação de infundadas expectativas de riqueza fácil e de bem-estar imediato através de um processo especulativo;
- a estratificação forçada e profunda da sociedade entre os grandes beneficiários da economia do turismo e os que a servem, permanecendo numa situação de dependência social e económica;



- a perda de controlo sobre os recursos locais e regionais explorados por não-locais ou estrangeiros; ameaça ao equilíbrio ambiental local;
- o aumento generalizado e especulativo dos preços dos bens de primeira necessidade e da habitação;
- a dependência excessiva do emprego turístico como única actividade económica;
- o conflito entre padrões culturais tradicionais e padrões comportamentais alheios.

### **1.7) O Turismo Alternativo**

Na época contemporânea em que o consumo e os serviços estão em expansão, é a actividade turística que recebe maior destaque, caracterizada muitas vezes como uma forma elitista de lazer das sociedades pós-industriais. O turismo constitui uma actividade de enormes proporções que já superam actividades tradicionais como a agricultura e a própria indústria.

Apesar de, na actualidade, se sublinharem as virtudes do turismo e os impactos positivos que este pode gerar, é verdade que aumentam as advertências em relação aos riscos e à degradação que esta actividade pode provocar nos recursos naturais, sociais e culturais dos espaços receptores. Devido os danos que esta actividade pode gerar, passa a ser visto como um turismo predador e é neste sentido que começam a surgir referências sobre formas alternativas do turismo.

Segundo Marques et al. (2009), a preocupação com os impactos negativos do turismo de massa está na agenda de organizações internacionais, tais como a OMT através da conferência de Manila (1980), do Código Ético Mundial para o Turismo (2001) e do Programa STEP- Sustainable Tourism Eliminating Poverty (2002); a United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) através de várias conferências internacionais; a Organização Internacional do Trabalho (OIT) através do seu contributo para promoção do turismo comunitário, etc.

Foi depois da Conferência de Manila em 1980, que as expressões Novas Formas de Turismo (NFT) e Turismo Alternativo ou de qualidade foram inseridas em documentos oficiais resultantes de encontros internacionais, como a “Declaração de Tamanrasset” (1989) promovida pela OMT. Nestes documentos estão patentes as preocupações com a preservação patrimonial, natural e cultural das comunidades de acolhimento (Brito, 2004). As NFT

priorizam e enfatizam as características da região visitada, nomeadamente a sua cultura, os hábitos locais, a sua história, etc.

David B. Weaver elabora várias diferenças entre turismo convencional e turismo alternativo, a seguir evidenciados no Quadro 1:

**Quadro 1- Comparação entre Turismo Convencional e Turismo Alternativo**

<b>Variáveis</b>	<b>Turismo Convencional</b>	<b>Turismo Alternativo</b>
<b>Alojamento</b> - Padrões espaciais - Escala - Propriedades	- Costeiros, alta densidade - Grande dimensão, integrados - Estrangeira, multinacional	- Dispersos, baixa densidade - Pequena escala, estilo caseiro - Local, familiar, pequenas e médias empresas
<b>Mercado</b> - Volume - Origem - Segmento -Actividades -Sazonalidade	- Elevado - Um mercado dominante - Psicocêntrico - Água/Praia/Vida nocturna - Inverno/Estação alta	- Baixo - Sem mercado dominante - Alocêntrico - Natureza/ Cultura - Sem estação dominante
<b>Economia</b> - Estatuto - Impacto	- Sector dominante - Sector muito dependente de importações/ repatriação de lucros	- Sector suplementar - Sector não-dependente de importações/ lucros retidos no país

Fonte: Vieira (1997)

Uma das diferenças entre o turismo de massa convencional e o turismo alternativo, situa-se no facto do crescimento do primeiro ser acelerado enquanto no segundo o crescimento faz-se gradualmente. O quadro mostra-nos que o turismo alternativo é, em termos espaciais, essencialmente disperso e de baixa densidade. As infraestruturas são de pequenas escalas e de estilo caseiro, pertencentes a um grupo familiar ou a pequenas e médias empresas, com um volume de mercado baixo sem um único mercado dominante, onde se valoriza a natureza e a cultura local, e pode ser feito em qualquer estação do ano, tendo em conta que não existe uma predominante. No âmbito económico é tido como um sector

suplementar que não depende de importações para se abastecer. Os lucros obtidos com a actividade permanecem no local contribuindo para melhoria de qualidade de vida.

*“As formas de turismo alternativo são associadas à noção de autenticidade, identificada com a identidade cultural e com a genuinidade dos comportamentos das comunidades de acolhimento. A autenticidade não é encontrada na totalidade, não passando, na maioria das situações, de uma representação do que se entende que o turista procura, sendo os ambientes recriados de forma artificial e promovidos com o objectivo de serem admirados pelo turista”* (Brito, 2004: 111).

Para fazer face às práticas do turismo de massa, verifica-se o crescimento de uma oferta alternativa, o chamado turismo solidário, responsável, justo, ético, sustentável, entre outras designações. Assim o turismo solidário pode ser caracterizado de diferentes formas (Marques et al., 2009):

- ▶ *Turismo Responsável*: surge na tomada de consciência de que o viajante é responsável pelo efeito do turismo sobre a população e o meio ambiente.
- ▶ *Turismo Sustentável*: é um turismo que tem plenamente em conta os seus impactos económicos, sociais e ambientais, no presente e no futuro.
- ▶ *Turismo Solidário*: inscreve-se numa perspectiva responsável, justa e sustentável. O turismo solidário agrupa todas formas de turismo alternativo que colocam no centro da viagem o Homem.
- ▶ *Ecoturismo*: a principal motivação do turista é observar e apreciar a natureza, bem como as culturas tradicionais que prevalecem nas zonas naturais.
- ▶ *Turismo Justo*: tem como base os princípios do comércio justo. Os seus objectivos são a maximização dos benefícios do turismo para os actores locais.
- ▶ *Turismo Comunitário*: é proposto e gerado pela comunidade, na qual se integram de forma harmoniosa as diversas dinâmicas colectivas do local de acolhimento, ou seja, pode ser definido como “aquele onde as sociedades locais possuem controlo efectivo sobre seu desenvolvimento e gestão.

Estas NFT resultam da articulação entre três grandes dimensões: o turista, as comunidades locais e o meio ambiente natural, em que os actores envolvidos respeitam o meio ambiente e a cultura (Brito, 2004). Para Cunha (1997), os objectivos das NFT são classificados como: social, o que possibilita que as comunidades locais tenham melhores condições de vida; económica, cuja finalidade é ajudar na resolução de problemas através da dinamização da actividade turística; territorial, torna possível diminuir os desequilíbrios

regionais; patrimonial, valorização do património nacional; cultural e promoção da cultura existente.

Este tipo de turismo tem, assim, por objectivo construir um modelo mais justo e equitativo de turismo que tenha em conta a sustentabilidade ambiental e colocando a população local no centro das actividades turísticas, gerando emprego e rendimentos para a comunidade.

## **PARTE II- ESTUDO DE CASO**

## **IV - CARACTERIZAÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE S.TOMÉ E PRÍNCIPE**

Este capítulo tem como objectivo servir de via para uma reflexão acerca do papel que o turismo de base comunitária poderá desempenhar no favorecimento do desenvolvimento local em STP. Assim, procedemos à caracterização do país em termos geográficos, demográficos, históricos, políticos, económicos e sociais e, por último, é feito o enquadramento da situação do turismo em STP.

### **1.1) Situação Geográfica e Demográfica**

Com uma superfície de 1001 km<sup>2</sup>, S. Tomé e Príncipe é um pequeno Estado Insular constituído por duas ilhas e vários ilhéus, situado na África Ocidental, precisamente no Golfo da Guiné, perto da linha do Equador e a 300 km do continente africano. Este pequeno Estado insular possui todas as características de um país subdesenvolvido.

Por serem de origem vulcânica as ilhas sofrem da acção da erosão costeira e dos solos, conferindo assim um relevo acidentado e irregular. As ilhas são também caracterizadas por uma vegetação abundante e diversificada.

O país subdivide-se em seis distritos, todos na ilha de S. Tomé e toda a ilha do Príncipe constitui a Região Autónoma do Príncipe, desde 1994. A capital do país é S. Tomé.

A população de STP resulta da mistura dos descendentes de escravos vindos de África e de europeus, nomeadamente os portugueses. De acordo com o censo de 2007, o efectivo da população em STP era de 160.000 habitantes, constituindo assim uma das mais pequenas nações de África. Em 2003, a população residente era maioritariamente do sexo feminino (50,5%) sendo que o sexo masculino rondava os 49,5%. A população activa estimada para 2003 era de 55 mil indivíduos, representando assim 38,3% da população total residente, com uma distribuição desigual entre os sexos, sendo que os homens representam 57,9%, enquanto que as mulheres representam apenas 42% (Alegre, 2007).

De acordo com os dados de INESTP, o distrito de Água-Grande, onde se situa a capital S. Tomé, é o mais pequeno e, ao mesmo tempo, o mais populoso do país. Embora o distrito de Caué seja maior em termos de superfície, é o menos populoso.

## 1.2) Situação Histórica e Política

Dita a história que as ilhas de S. Tomé e Príncipe foram descobertas no século XV, pelos navegadores portugueses Pedro Escobar e João de Santarém. Mais precisamente, a Ilha de S. Tomé em 21 de Dezembro de 1470 e a Ilha do Príncipe em 17 de Janeiro de 1471. Porém, persiste a discussão e ideia de que o arquipélago já era habitado quando os navegadores portugueses lá chegaram por escravos naufragados na região, que se fixaram na ilha de São Tomé (Brito, 2004). Enquanto prevalecem as dúvidas, continuamos a acreditar que as ilhas foram mesmo descobertas pelos navegadores portugueses. As ilhas começaram a ser povoadas em 1485, cerca de quinze anos depois de serem descobertas, durante o reinado de D. João II, tendo o mesmo processo sido conduzido por João da Paiva.

O arquipélago teve um papel relevante como ponte comercial entre os três principais pontos de valor económico para a metrópole, a Europa, a África e o Brasil, tornando-se rota obrigatória do comércio sacarino e de escravos. Economicamente, a actividade agrícola associada à comercial caracterizou-se por ciclos de produtos (açúcar, cacau e café), definida como a primeira economia de plantação dos trópicos (idem).

No final do século XIX o regime de escravidão foi substituído pelo regime de trabalho por contrato, aumentando assim o número de “forros”, ou seja, de cidadãos livres. O trabalho contratado foi assegurado, principalmente, por trabalhadores africanos do continente, identificados e contabilizados como mão-de-obra estrangeira (idem).

O arquipélago deixou de ser colónia portuguesa quando em 12 de Julho de 1975 ascendeu a independência. Após a independência, STP viveu quinze anos de regime de partido único, dirigido pelo MLSTP, que mantinha uma forte ligação marxista-leninista. O ano de 1990 marcou o início do processo de democratização e das reformas e, em 1991, são realizadas as primeiras eleições multipartidárias, tendo o PCD-GR como partido vencedor.

São Tomé e Príncipe é uma nação soberana, membro de várias organizações internacionais, nomeadamente das Nações Unidas, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e da União Africana.

Considera-se que em STP a democracia política é intensamente praticada, e tanto a liberdade de expressão como o respeito pelos direitos humanos estão garantidos (Universidade Columbia, 2008).

Na perspectiva de Alegre (2007), as sucessivas crises e a falta de capacidade de decisão do Estado fazem com que a sua acentuada falta de autoridade seja reconhecida e que a manutenção da ordem pública seja deficiente. Para a mesma autora, o número de deputados

na Assembleia Nacional santomense é desproporcional em relação às reais necessidades do país, tendo em conta a população, a estrutura económica e financeira. As várias mudanças de governos são acompanhadas por diferentes composições, sucessivas nomeações, exonerações e alterações ministeriais, acentuando assim a instabilidade do Estado e a sua negligência de acção.

### **1.3) Situação Económica e Social**

#### **1.3.1) Situação Económica**

No período pós-independência, STP passou a adoptar um modelo socialista, onde era o Estado que controlava e geria a maior parte da economia, incluindo as roças abandonadas pelos portugueses. Porém, tal como aconteceu noutras regiões, este modelo não teve sucesso económico, tendo passado a adoptar nos finais dos anos 80 uma economia de mercado. De tal forma, as roças foram privatizadas e a maioria das terras foram repartidas em pequenas parcelas aos pequenos agricultores. Estes, porém, praticavam maioritariamente uma agricultura de subsistência e não dispunham de métodos agrícolas modernos, fertilizantes e outros elementos necessários (Columbia, 2008). É de salientar que a economia do arquipélago é dominada principalmente pelo sector agrícola. Alegre (2007: 37) defende que, até aos nossos dias, a agricultura em S.T.P *“ainda não conheceu a imprescindível inovação tecnológica para desencadear o desenvolvimento agrícola e conseqüentemente económico do país”*. A actividade de pesca artesanal no arquipélago é expressiva, verificando-se também um crescente aumento do turismo e pequena indústria (Columbia, 2008).

Segundo Brito (2004), do ponto de vista económico, STP caracteriza-se pelo denominado síndrome das pequenas ilhas, derivado de características como: a insularidade, a dimensão e o isolamento; a vulnerabilidade face a catástrofes naturais; a debilidade relativamente ao exterior; limitações na disponibilidade de capital, na capacidade de investimento, o envelhecimento do sector empresarial, a difícil modernização e diversificação da estrutura produtiva e a reduzida dimensão do mercado interno.

O sector das pescas, apresenta-se como um sector tipicamente artesanal, sendo praticada em pequenas embarcações de madeira (Brito, 2004). Pelo facto da pesca ser em largamente artesanal, a produção não é suficiente para a exportação, servindo apenas o consumo interno.



Brito (2004) refere que o sector secundário contempla resultados pouco significativos para a modernização da economia santomense e a tendência é de regressão. Menciona que, dos 14% atribuídos ao sector na composição do PIB, 78.6% correspondiam a actividades de construção civil e 21.4% a actividades transformadoras e de produção industrial. Do ponto de vista das actividades industriais destacam-se as referentes à indústria alimentar, tais como: refrigerantes, cerveja e panificação e produção artesanal de bebidas alcoólicas (vinho de palma e a cacharamba), a transformação de madeiras, a produção de móveis, a construção naval, a saponificação, as confecções e a produção energética.

A produção de energia eléctrica é deficitária, na medida em que conta apenas com duas pequenas centrais hidroeléctricas, situadas nos Rios Contador e Manuel Jorge, não ultrapassando, em 1997, os 2,46 mil KW/ano de produção. Todavia, registou-se um aumento significativo de energia térmica, entre 1991 e 1996, de 11.852 para 15.272 Mwh, tendo o número de clientes aumentado, de 9.500, em 1990, para 12.281, em 1995 (Brito, 2004). Do ano 2001 a 2005 verificou-se um aumento da produção energética de 26.467,0 khw a 41.453,2 khw respectivamente.

### **1.3.2) Situação Social**

#### **1.3.2.1) A Questão da Pobreza**

Na perspectiva de Capucha (1998: 212) vivem em situação de pobreza “*as pessoas, as famílias e os grupos cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão escassos que os excluem dos modos de vida minimamente aceitáveis segundo a norma nos países em que vivem*”.

Capucha (1998), distingue dois graus de pobreza: por um lado, a pobreza absoluta e, por outro, a pobreza relativa. Encontram-se em situação de pobreza absoluta, as famílias, pessoas, ou grupos, cujos recursos são tão escassos que não lhes permite assegurar a subsistência e eficiência física. Na situação de pobreza relativa encontram-se as famílias, pessoas, ou grupos, cujos recursos são tão escassos que não lhes permite viver segundo os padrões normativamente definidos como normais na sociedade a que pertencem. Sachs (2005) refere mais um grau de pobreza, a qual chamou pobreza moderada. Este tipo de pobreza refere-se as condições de vida em que as necessidades básicas são satisfeitas, mas por uma margem incipiente.

O arquipélago de STP constitui um dos países mais pobres do mundo e a população dispõe de um rendimento anual baixo que não permite resolver os problemas de subsistência familiar, dificultando a garantia do desenvolvimento humano sustentado (Brito, 2004). De tal forma que, num universo de 169 países, o país ocupava no ano de 2010 o lugar 127º no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (UNDP, 2010).

De acordo com o Ministério de Plano e Finanças de STP (2002), as primeiras tentativas de medir o fenómeno da pobreza no arquipélago remontam a finais dos anos 80 e princípio dos anos 90. O responsável por estes primeiros estudos foi o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pois implementou dois estudos acerca do limiar da pobreza no país. Deste modo foi financiado e publicado por esta Organização, em Janeiro de 1991, o “Relatório Sobre o Limiar da Pobreza: 1987/ 1990” e o “ O Limiar da Pobreza: 1991/1994”, em 1995, que forneceram os primeiros elementos para uma análise da situação da pobreza. Ambos os relatórios adoptaram o método do custo das necessidades essenciais (CNE). No entanto, esses estudos foram baseados em estimativas na ausência de dados fiáveis, dificultando assim a fiabilidade e a compatibilidade estatística com estudos realizados posteriormente.

Para amenizar as fragilidades verificadas nos estudos anteriores, foi realizado de Novembro de 2000 a Fevereiro de 2001, um inquérito sobre as condições de vida das famílias (ICVF), que permitiu definir o "Perfil da Pobreza em S. Tomé e Príncipe" em que foi utilizado o método dos rendimentos médios (RM) através do qual determinou que o limiar da pobreza de STP era de 2.638.618 dobras/ano (cerca de USD 294\$/ano). Todavia, este valor abrange somente algumas despesas mínimas de uma refeição diária e algumas despesas com o vestuário, alojamento e combustível para confecção das refeições. Diante disso, os rendimentos disponíveis para suprir as despesas básicas, nomeadamente com a educação e saúde da família, são praticamente inexistentes.

O "Relatório sobre o limiar da pobreza" (1987 à 1990) acima citado refere que a situação dos serviços sanitários se agravou, mediante a falta de meios que permitisse importar os medicamentos e materiais, assim como à ausência de melhoria das infra-estruturas existentes; verificou-se o ressurgimento de doenças como o paludismo e a cólera, tendo esta, em 1989, se transformado num surto epidémico. Constatou-se também que a mortalidade infantil sofreu aumento. Logo a pobreza começava a manifestar-se mais claramente, passando de 36% da população em 1987, para 41% em 1990.

Posteriormente o relatório "O Limiar da Pobreza em S. Tomé e Príncipe" (1991 -1994) confirmou esta tendência, pois em 1992 o índice da pobreza subiu para 48%. Entretanto,

nesse mesmo relatório procedeu-se a identificação dos grupos sócio-económicos mais vulneráveis à pobreza. Foram então destacados: os trabalhadores agrícolas; os funcionários dos escalões mais baixos; os pescadores e palaiês<sup>4</sup>; as mulheres chefes de família<sup>5</sup>; e os idosos solitários (pessoas com mais de 60 anos).

O estudo sobre o "Perfil da Pobreza em S. Tomé e Príncipe", realizado entre Novembro 2000 a Fevereiro 2001, com o apoio técnico do BIT e financiamento do PNUD e Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) (publicado em Maio de 2001), refere que a pobreza afecta 53,8 % da população total do país, atingindo mais as famílias dirigidas por mulheres (55,7 %) do que as dirigidas por homens (53 %). O estudo revela que a pobreza extrema atinge 15,1% da população santomense.

Em relação à pobreza das condições básicas de vida, o mesmo estudo constatou que: 11,8% da população nunca frequentou uma escola e que, à medida que a pobreza aumenta, o analfabetismo também aumenta. Este tipo de pobreza atinge 9,6% da população não pobre comparando com os 12% dos pobres e 15% dos extremamente pobres. No que diz respeito à saúde, o estudo concluiu que a atenção com a saúde aumenta com o nível de rendimentos. Quanto ao fornecimento de água potável o estudo constatou que a situação é muito grave, pois apenas 19,6% da população total tem acesso a água canalizada. Do mesmo modo, o saneamento do meio apresenta uma situação dramática, pois apenas 16 % de famílias dispõem de uma fossa séptica ou está ligada a uma rede de esgotos pública, logo 69 % da população satisfaz as suas necessidades fisiológicas ao ar livre.

O estudo "Perfil da Pobreza em S. Tomé e Príncipe" revela que a pobreza concentra-se na região Norte (Distritos de Lembá e Lobata) - 70,6 % da população da região -, seguida da região Sul (Distritos de Cantagalo e Caué) - 65,1 % da população da região -, na Região Autónoma do Príncipe (60 % da população da região) e na região Centro com 46,4 %.

Face ao problema da pobreza em STP, o país traçou uma estratégia de médio e longo prazo, baseados nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que almeja uma redução significativa da pobreza até 2015, através de um bom aproveitamento das potencialidades humanas, recursos naturais e materiais do País, bem como da cooperação bilateral e multilateral. Assim, o país pretende cumprir os seguintes objectivos: reduzir para metade a percentagem da população que vive na situação de pobreza até 2010 e a menos de

---

<sup>4</sup> Palaiês é a designação dada às vendedoras do mercado.

<sup>5</sup> Segundo o estudo sobre o "Perfil da Pobreza em S. Tomé e Príncipe" (Novembro 2000 a Fevereiro 2001) cerca de 1/3 das famílias santomenses são dirigidas por mulheres.

1/3 até 2015; conseguir, até 2015, o acesso de toda a população aos serviços sociais básicos e promover a melhoria da sua qualidade de vida; reduzir consideravelmente as diferenças sociais e de género entre os Distritos e entre estes e a Região Autónoma do Príncipe.

Relativamente à situação da população face ao emprego, considera-se que a taxa de desemprego é elevada no país. O desemprego atinge com maior peso as mulheres, embora se registre também um elevado nível entre os homens. Numa análise comparativa, entre o ano de 2001 a 2008, verificamos que encontravam-se empregadas 43.980 pessoas passando para as 47.546, respectivamente, o que sugere portanto que, no espaço de sete anos se tenha registado um aumento de 3.566 empregos. Contrapondo, quanto ao desemprego, em 2001 estavam oficialmente desempregadas 8.212 pessoas aumentando para 9.006 em 2008. (Ver anexo B, quadro 3).

### **1.3.2.2) Saúde**

STP, no pós-independência, manteve a sua estrutura sanitária do período colonial, embora com as mudanças resultantes das mudanças políticas: hospitais dentro das principais roças que ofereciam serviços de saúde bem como outros serviços sociais; centros de saúde e postos sanitários custeados pelo Estado em determinados distritos e localidades. Contudo, a partir da década de 90 este sistema revelou-se muito frágil, devido à privatização das unidades produtivas agrícolas e da compressão das despesas sociais resultante do Programa de Estabilidade e Ajustamento Estrutural imposto pelo FMI. Em 1997 foi desactivado o hospital Agostinho Neto (antigo hospital da roça Rio do Ouro), o último dos hospitais existentes nas unidades produtivas agrícolas (Cardoso, 2005).

A Carta Sanitária de S. Tomé e Príncipe de 2000 configurou o sistema de saúde agregando as suas unidades em três níveis: hospitais, centros de saúde e postos de saúde (idem).

O sistema de saúde santomense é deficitário, tanto na cobertura dos cuidados médicos como na assistência prestada, facto que resulta do reduzido número de pessoal qualificado, tanto a nível de médicos como de enfermeiros. O sistema confronta-se também com a insuficiência de meios, designadamente o número de camas por habitante (Brito, 2004). Quanto à repartição dos cuidados de saúde, especificamente de pessoal qualificado por região, verificou-se uma maior concentração no distrito de Água Grande e Mé Zochi, zonas com

maior densidade populacional. Quanto mais distantes são os distritos em relação a capital, mais elevada é a falta de pessoal, de meios técnicos e de cuidados (Brito, 2004).

Segundo a OMS (2009), no arquipélago predominam as doenças transmissíveis, normalmente relacionadas com um meio ambiente insalubre e os comportamentos que constituem as principais causas de morbilidade. Ainda que cerca de 70% da população tenha acesso a uma unidade sanitária a menos de uma hora, existe uma relativa inacessibilidade geográfica e financeira aos cuidados especializados, principalmente para as povoações mais distantes como nomeadamente, a Região Autónoma do Príncipe, Lembá e Caué.

### **1.3.2.3) Educação**

Após a independência, STP deu início a uma forte aposta no sistema educativo, com resultados muito positivos. Entretanto, após passar esta primeira fase, a educação estagnou em alguns sectores, como é o caso da alfabetização. As mudanças sócio-políticas ocorridas no arquipélago no início da década de 90, nomeadamente a instauração de um regime democrático multipartidário e o estabelecimento do quadro de liberalização económica e dos princípios da economia de mercado conduziram a profundas transformações ao nível económico e cultural que influenciaram o sector social da vida do país, como é no caso da educação de base (Alegre, 2007).

Segundo Alegre (2007), principiou em 1986, um amplo projecto de reforma curricular nas ilhas, que previa a reformulação curricular e programas completos da 1<sup>a</sup> à 12<sup>a</sup> classe. Todavia esta reforma não foi concluída, instalando assim a frustração no âmbito de avanço da educação no país. As despesas públicas correntes com a educação aumentaram em 1998, passando de 10% para 15% das despesas correntes do Estado e de 1,2% a 2,2% do PIB, o que demonstra o esforço do Estado para o melhor funcionamento do sistema educativo, embora esteja muito aquém das reais necessidades do país (idem).

O recenseamento de 2001 deu a conhecer que 34.625 alunos frequentaram os diferentes níveis de ensino, sendo que 29.861 alunos não completaram o ensino secundário. Portanto, o ensino primário apresenta maior número de efectivos, tendo entretanto um total de 18.556 alunos e a seguir temos o ensino secundário, com 11.282 alunos. O número de efectivos é inferior no ensino pré-escolar, contando apenas com 2.097 alunos, em que se reconhece um crescimento no primário e decrescendo quando se vai avançando no grau académico. Quanto aos efectivos do ensino pré-universitário, considera-se que rondam

somente 2.578, e os níveis médio e superior atingem efectivos praticamente insignificantes, com 65 e 47 estudantes respectivamente (Alegre, 2007).

A taxa de alfabetização no país é alta, figurando-se entre as mais elevadas da África Subariana.

#### **1.4) Perfil do Turismo em S. Tomé e Príncipe**

Após 1975, a opção ideológica seguida no arquipélago inviabilizou a implementação do turismo como uma actividade produtora de riqueza. A ideologia defendida era contra a economia de mercado e, nesse sentido opunha-se à abertura do país à economia mundial, advogando que o turismo não era importante para o desenvolvimento de STP. Segundo o regime, não havia necessidade de desenvolver o turismo dado que os seus destinatários não se encontravam entre os santomenses. Esta ideologia prevaleceu até perto do fim do regime de partido único, momento em que a crise geral dominava todo o sistema económico e social do país. Dada essa problemática, o início de 1990 foi o ano de viragem, pois as autoridades políticas passaram a realçar o turismo como uma actividade para o futuro do país. Porém, o primeiro passo de investimento turístico partiu da iniciativa privada, tanto nacional com estrangeira (Santo, 2009).

Observou-se o desenvolvimento da actividade turística, tendo em conta que o crescimento médio anual das chegadas de turistas internacionais foi de 6.1% entre 1990 e 1999, fenómeno este que envolveu a criação de infra-estruturas e a melhoria das já existentes (Brito, 2004).

Embora STP tenha potencial turístico devido (Brito, 2004), dadas as características naturais e culturais, o seu desempenho económico e a sua importância são relativamente marginais. Esta marginalidade deve-se ao facto de o país ter sido muitas vezes posto de parte a favor de outras regiões mais divulgadas a nível internacional, nomeadamente a Europa (59.3% das chegadas internacionais, em 1997), a América (19.2%) ou a Ásia (15.2%). Na perspectiva de Santo (2009), o arquipélago santomense é obrigado a enfrentar a concorrência de países vizinhos da costa africana. Segundo o mesmo autor, isto acontece porque as actividades turísticas nestes países são mais desenvolvidas em relação a STP, pois estes possuem maior experiência e os seus contactos com o exterior são mais frequentes e intensos. Não obstante, a concorrência poderá vir tanto das ilhas atlânticas das Canárias, bem como das ilhas de Cabo Verde (Santo, 2009).

Outro aspecto que faz com que o sector do turismo em STP fique nas margens da procura do turismo mundial, é o contexto da oferta interna. Existe, por um lado, insuficiência na criação de novas infraestruturas e elevada precariedade na modernização das infraestruturas existentes e, por outro lado, os custos de acessos e de serviços prestados são muito elevados, não se verificando portanto “*uma justa correspondência com os padrões de qualidade*” (Brito, 2004).

Na óptica de Santo (2009), para fazer face aos problemas que reprimem o sector turístico de modo a obter benefícios, é importante que o país mostre que é capaz de oferecer alguma coisa diferente, de forma a atrair os turistas e não acomodar-se apenas com as suas belezas naturais. Torna-se importante a oferta de produtos especiais e de qualidade.

Em STP existem muitos constrangimentos referentes ao investimento interno para a actividade turística, o que provoca reduzida ou mesmo ausência de melhoria das infraestruturas de ligação e de apoio. Contudo, em paralelo, tem existido investimento externo, embora insuficiente perante às necessidades, o que exige uma maior dinamização (Brito, 2004). Em relação às infraestruturas de acesso e de ligação, as ilhas carecem de meios de comunicação diversificados e operacionais que possam promover o aumento de turistas. STP tem apenas dois aeroportos, sendo que apenas um deles tem capacidade para efectuar voos internacionais e, ainda para mais, insuficiente, já que não permite a aterragem de aviões muito grandes (Brito, 2004).

As abundantes e belas praias de STP não são bem aproveitadas, sendo a maioria delas inacessíveis devido à degradação das vias de acesso, não dispondo de equipamentos básicos (casa de banho, balneários, bar, etc.). No mesmo sentido, também as montanhas são inacessíveis aos turistas (Santo, 2008).

STP confronta-se com uma rede viária deficitária e insuficiente, constituída por um total de 221 km, entre estradas nacionais e principais, o que representa 61.1% do total, e estradas secundárias, correspondendo a 38.9%. Estas estradas fazem portanto, parte da rede viária pública, sendo que a maioria da quilometragem encontra-se actualmente alcatroada. Por outro lado, existem estradas não alcatroadas, que consistem em pistas rurais e caminhos de acesso a explorações agrícolas, mas não se encontra disponível uma contagem da sua extensão, na totalidade. Do mesmo modo, na ilha do Príncipe a maioria das estradas são pistas rurais em piso de terra, não alcatroada, tornando difícil o acesso a alguns pontos da ilha (Brito, 2004).

As ligações entre ilhas são feitas em condições precárias, nomeadamente a ligação por via marítima, que é extremamente desconfortável. Os transportes marítimos são

caracteristicamente incipientes e irregulares, na maioria das vezes assegurados por pequenas embarcações de pesca artesanal ou pequenas lanchas, onde os passageiros e mercadorias viajam no mesmo espaço (Brito, 2004).

A ausência de um porto de águas profundas no arquipélago, faz com que a frequência dos barcos de cruzeiro seja reduzida e, quando existem, permanecem ao largo, tornando o transbordo difícil, pois é também efectuado em pequenas embarcações (Brito, 2004).

Actualmente, S. Tomé e Príncipe possui uma capacidade turística com grande qualidade, onde é possível realizar um turismo de luxo (Santo, 2005). Em 2001, a capacidade turística em STP dispunha de um total 249 quartos, em que 81.5% se concentravam na ilha de S. Tomé e somente 18.5% na ilha do Príncipe (Brito, 2004), divididos entre hotéis, pensões e residenciais.

Em 2003 foi criado o complexo turístico Pestana Equador Island Resort, localizado na região sul da ilha de S. Tomé, no ilhéu das Rolas. Esta unidade hoteleira dispõe de 8 suites, seis quartos superiores e 56 quartos standard, todos climatizados e com TV por satélite. Dispõe também de piscina, um centro de mergulho e clube de pescas, etc. Assim, em 2003, havia no país um total de 198 quartos e 372 camas em hotéis, 34 quartos e 64 camas em residenciais e 40 quartos e 56 camas em pensões (Santo, 2005). Em 2008 o grupo Pestana finalizou a construção de duas novas unidades hoteleiras na cidade de S. Tomé, o que fez aumentar a capacidade de alojamento turístico no arquipélago.

Actualmente, o arquipélago é servido por cinco companhias aéreas (Ver anexo B, quadro 3). Independentemente de sabermos qual foi a companhia aérea que mais transportou ou transporta turistas para STP constatamos que, com base nos dados do gráfico abaixo ilustrado, a entrada de estrangeiros no país aumentou de 7480 no ano de 2001 para 12268 em 2006. Embora a nível global este aumento não seja muito significativo, para o arquipélago pode significar uma lufada de ar fresco no desenvolvimento turístico, tendo em conta que este sector é entendido como alternativa credível para o desenvolvimento económico de STP.



**Quadro 2- Entrada de Estrangeiros em STP, distribuídos por regiões 2002-2009:**

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>África</b>							1º Semestre	
Angola	675	624	579	560	754	1057	1332	560
Camarões	77	93	117	253	113	158	113	21
Cabo-Verde	174	172	228	368	385	338	309	92
Gabão	192	186	229	331	236	211	197	70
Nigéria	387	376	338	500	291	435	509	95
<b>Total</b>	1505	1451	1491	2012	1779	2199	2460	838
<b>Europa</b>								
Alemanha	916	138	122	378	171	147	159	750
Inglaterra	148	207	111	101	122	129	171	226
Espanha	105	129	200	191	205	129	126	67
Portugal	2450	3659	4561	5494	4423	2960	5314	2058
<b>Total</b>	4455	5095	6257	7416	5937	3365	5770	3101
<b>América</b>								
E.U.A	180	266	311	169	149	164	296	113
Brasil	104	46	81	68	157	120	115	59
<b>Total</b>	284	312	392	237	306	284	411	172
<b>Total de entradas</b>	6.244	6.858	8.140	9.665	8.022	5.848	8.641	4.111

Fonte: Direcção do Turismo e Hotelaria de S. Tomé e Príncipe

Segundo os dados da Direcção do Turismo e Hotelaria de STP, é notório o aumento da entrada de estrangeiros no território santomense. Entre o ano de 2002 e 2008, registou-se o aumento de entradas respectivamente de 6.244 para 8.641, com excepção do ano de 2007, no qual houve abrandamento (5.848 turistas). O primeiro semestre de 2009 demonstra tendência de crescimento nas entradas, pois esta já rondava as 4.111 entradas no país. No que respeita à nacionalidade dos passageiros que viajaram para o arquipélago, constata-se que a maioria é oriunda de Portugal, com 2.450 turistas em 2002, e com aumento significativo nos anos seguintes e depois com um decréscimo em 2007, retomando o crescimento em 2008 com 5314 novas entradas de estrangeiros portugueses. A tendência de 2009 é de crescimento, pois no primeiro semestre já contabilizam 2.058 entradas.

Segundo Brito (2004) entrada de estrangeiros europeus portugueses são em maior quantidade devido, principalmente, aos laços históricos, perpetuados no período pós-independência pelos mecanismos de cooperação internacional.

No mesmo sentido, em relação aos visitantes dos países africanos, os angolanos são aqueles que mais se destacam em viagens para STP, representando 675 em 2002, registrando-se decréscimo nos três anos seguintes (2003=624; 2004=579; 2005=560 entradas). Em 2006 houve retoma do aumento atingindo nesse ano 754 entradas, e mantendo essa tendência de crescimento até 2008, atingindo assim em 2007 cerca de 1057 entradas e em 2008 cerca de 1332 entradas.

## V - APRESENTAÇÃO DO PROJECTO “VOADOR PANHÁ”

### 1) Caracterização da Comunidade do S. João dos Angolares

Capital do distrito de Caué, S. João dos Angolares é uma pequena vila localizada no centro sul da ilha de S. Tomé. Esta localidade dista cerca de 40 km da capital do país e em 2008 a sua população era estimada em 2.132 habitantes. É de salientar que a maioria da população é jovem.

Esta comunidade é constituída por pessoas que possuem uma identidade própria, uma língua, cultura e uma tradição, características estas que se mantiveram quase inalteradas mesmo com o passar do tempo e as influências directas. Permanece a dúvida da verdadeira proveniência do povo angolares. Alguns estudiosos defendem que o povo angolares é originário de Angola, e que são descendentes dos sobreviventes de um naufrágio de barco de escravos ocorrido na costa sul da ilha de S. Tomé, junto às “Sete Pedras” nos meados do século XVI. O povo angolares também é tido como descendente de um povo Bantu que desembarcou em S. Tomé com as suas próprias canoas, e que já se encontrava na ilha quando os portugueses aí chegaram. Outros defendem que é um povo descendente de Cimarrones, escravos fugidos das primeiras plantações de cana-de-açúcar a partir do século XVI.

Nesta comunidade predomina o sector primário, em que a pesca artesanal é a principal actividade. Sendo assim, os pescadores e as palaiês de pescados são as profissões que mais dominam na região. É de salientar que o mar desta região é rico em pescado. Não obstante, a extracção de vinho de palma e a agricultura também são actividades dominantes no local, embora esta última seja em menor escala.

Ainda que a fonte de rendimento dos pescadores seja a venda do pescado, alguns deles complementam a pesca com actividades de agricultura e a pecuária. Uma parte do pescado é vendida mesmo na praia e a outra parte é entregue às suas mulheres que procedem à venda nas ruas, andando de porta em porta ou no mercado local. São as palaiês que compram ou recebem o pescado dos pescadores para revenderem à população. Algumas palaiês também se dedicam à salga de peixe e têm como actividade complementar de renda o comércio informal (venda de roupa) e a criação de animais (Câmara Distrital de Caué, 2008).

Na comunidade dos Angolares podemos encontrar diferentes associações, das quais destacamos: a Associação dos Pescadores dos Angolares, a Associação das Palaiês dos Angolares “Me-Gai<sup>6</sup>”, a Associação Auxílio e Amizade que trabalha em prol dos mais

---

<sup>6</sup> Me-Gai significa mulher na língua angolares.

desfavorecidos da comunidade. Denota-se também a presença da Associação dos Médicos do Mundo (AMI).

Relativamente a grupos religiosos, destacam-se a existência da Igreja Católica e a Congregação das Irmãs Teresianas, as Testemunhas de Jeová e a Igreja do Reino de Deus. Também podemos encontrar centros sociais, tais como: a Casa de acolhimento das Madres para as raparigas e o Lar da Fundação Mãe Santomense.

Esta comunidade não dispõe de Instituições financeiras, por isso o rendimento dos habitantes deriva da venda de peixe, produtos agrícolas, hortícolas, vinho de palma e pequenos negócios, etc.

A comunidade enfrenta graves problemas de pobreza. Visto que a maioria das famílias possuem rendimento muito baixo, torna-se quase impossível satisfazer as suas necessidades básicas. É de realçar que o grosso das famílias são monoparentais e dirigidas por mulheres, tornando-as ainda mais vulneráveis a pobreza. Isto deve-se ao facto de se registar na região muitos casos de poligamia masculina, mas este não é um problema apenas desta comunidade, podendo ser encontrados inúmeros casos em todo o território de STP.

Em termos de cuidados de Saúde, S. João dos Angolares possui um Centro de Saúde que também serve todas as comunidades do distrito de Caué. É de notar, porém, que algumas comunidades possuem alguns Postos de Saúde - extensões do Centro de Saúde de Angolares e Postos Comunitários de Saúde. O Centro de Saúde de Angolares possui um serviço de atendimento permanente que, apesar de não possuir serviços especializados, oferece serviços simples, como é o caso de pequena cirurgia (Câmara Distrital de Caué, 2008).

Embora a cobertura sanitária à população seja boa, o saneamento do meio é precário pois, entre outras situações, as pessoas fazem as suas necessidades fisiológicas ao ar livre. A população é confrontada igualmente com o consumo de água imprópria, o que contribui para debilitar a saúde na região.

Quanto à educação, a maior parte da população local é analfabeta, e a taxa de desemprego é elevada.

## **2) Associação RoçaMundo**

A Associação RoçaMundo é uma associação de desenvolvimento local, criada no ano de 2001, pela Roça S. João. A presidente desta associação é a historiadora Isaura Carvalho. RoçaMundo simboliza a ideia de tocar, de roçar o local com o olhar do mundo, de facilitar o processo de desenvolvimento.

Através de parcerias, esta associação tem desenvolvido actividades de desenvolvimento educativo, cultural, económico e social, em busca de soluções adequadas às comunidades mais desfavorecidas. Contam-se diversos projectos, designadamente o projecto “Agarra a Vida”, desenvolvido em parceria com a Missão Francesa de Cooperação. Este projecto consiste na recuperação das ruínas do antigo hospital da Roça S. João com o objectivo de ocupar uma das alas para um projecto que é dirigido a um grupo de jovens mulheres solteiras, de modo a produzirem e transformarem os produtos locais. Outro dos projectos é o “Educação não-formal”, para os jovens excluídos do sistema educativo formal.

Em parceria com o Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe (BISTP) e os artistas plásticos da Teia de Arte, a Associação criou a “Sinalética Criativa”, de interesse turístico, com vista a facilitar esta actividade. Em parceria com a Embaixada do Brasil, a Associação desenvolveu o projecto de “Educação de Adultos” dirigido aos adultos analfabetos. A associação também promove o projecto “Campo de Férias”, o qual garante a ocupação dos tempos livres das crianças de Angolares, durante as férias escolares. Também em como parceiros, a Associação de Jovens para o Futuro, a ADL e a Teia de Arte. Também em parceria com a Teia Arte, o projecto de “Residência Artística” consiste na formação teatral, danças e artes plásticas, artistas das bienais de arte e artistas convidados. A Associação realiza ainda campanha de limpeza da cidade dos Angolares e, em cooperação com a Cruz Vermelha Internacional, a Associação constrói casas de banho comunitárias. O projecto “Voador Panhá” é, por sua vez, desenvolvido em parceria com ACEID Espanhola.

### **3) Projecto “Voador Panhá”**

Com o objectivo de melhorar a qualidade de vida da comunidade, a Associação RoçaMundo e a Roça S. João iniciaram, nos finais do ano de 2008, a reabilitação de um dos antigos armazéns do cais dos Angolares, com o objectivo de apoiar o desenvolvimento económico e social do distrito. O projecto “Voador Panhá” - Centro Turístico de Pesca Artesanal (CTPA) teve o seu inicio em Dezembro de 2009. Pretende criar emprego para um grupo de jovens, privilegiando uma perspectiva de interacção entre o turismo e a pesca artesanal e de fazer com que o Centro seja um espaço que produza renda para os seus beneficiários e que consiga ser auto-sustentável. Localiza-se no antigo cais da praia de Santa Cruz dos Angolares, num antigo armazém de produtos agrícolas do período colonial.

## **VI - ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PROJECTO “VOADOR PANHÁ”**

A análise das informações provenientes do Projecto “Voador Panhá” centrar-se-á em duas hipóteses de investigação, tal como já enunciámos:

- A)** Na actividade turística comunitária a comunidade local participa na tomada de decisões e tem o controlo efectivo do seu próprio desenvolvimento.
- B)** O turismo comunitário tem um papel fundamental na melhoria do bem-estar da população local, pois esta beneficia directamente dos recursos socioeconómicos que esta actividade gera.

Para verificação destas hipóteses foram efectuadas catorze entrevistas tendo em conta a diversidade de situações. O critério de selecção adoptado consistiu na identificação de pessoas que tivessem alguma representatividade na comunidade. Nove entrevistas foram aplicadas à comunidade local, designadamente: ao actual presidente da Associação dos Pescadores de Angolares e ao mesmo tempo presidente do Grupo de Interesses Económicos das Palaiês e dos Pescadores Artesanais de S. Tomé e Príncipe (GIEPPA/STP), à presidente da Associação Auxílio e Amizade e antiga presidente da Associação das Palaiês de Angolares, a pessoas internas do projecto que desempenham diferentes funções, tais como, um cozinheiro, um empregado do bar, dois pescadores, a um responsável do projecto, um responsável do Centro e ao chefe de praia que está indirectamente ligado ao mesmo. Também foram entrevistados três observadores privilegiados do projecto, por serem pessoas ligadas a entidades que intervêm em S. João dos Angolares, nomeadamente, o presidente da Câmara Distrital de Caué e dois voluntários da AMI, mais especificamente, uma engenheira ambiental e um enfermeiro. Duas entrevistas foram ainda dirigidas aos mentores do projecto.

Este reduzido número de entrevistados deve-se ao facto do projecto Voador Panhá ser muito recente, consequentemente impossibilitando algumas pessoas contactadas de falarem com firmeza acerca do mesmo. Também serão considerados os dados adquiridos através da observação participante que realizámos, determinados artigos da internet publicados em jornal on-line sobre o projecto, bem como algumas informações contidas no desdobrável do CTPA.

Foram entrevistadas três pessoas do sexo feminino e onze do sexo masculino. Os entrevistados têm idades compreendidas entre os 22 anos e os 54 anos, e constituem um grupo representativo do projecto e da comunidade nele envolvida. O nível de escolaridade dos

entrevistados vária, sendo que nove frequentam ou têm frequência do Ensino Secundário, dois têm frequência de licenciatura, dois têm licenciatura e um é doutorado.

### **1) Na Óptica de Desenvolvimento Local**

Baseando-nos na definição de Roque Amaro (2003), atrás referida, sobre o desenvolvimento local, o projecto “Voador Panhá” será aqui analisado tendo como base os seguintes aspectos:

- a) Satisfação das necessidades e melhoria das condições de vida
- b) Mobilização das capacidades e recursos locais
- c) Participação
- d) Visão integrada dos problemas e respostas e trabalhos em parceria

Procurámos, desde o início, obter um “feedback” dos entrevistados quanto às razões para o não-desenvolvimento de STP, em particular da cidade de Angolares. Assim, foi possível identificar dois tipos de discursos em relação à questão colocada: os que justificam a situação por motivos políticos e os que culpabilizam os motivos sociais. A maioria dos entrevistados aponta, porém, o não-desenvolvimento por motivos sociais alegando a alta taxa de analfabetismo, o elevado nível de desemprego, a falta de infra-estruturas, como por exemplo os acessos rodoviários e o acesso deficiente à informação, aos serviços e aos bens. Foram também referidas as barreiras sociais existentes no país que não permitem a sustentabilidade de uma vida condigna nas comunidades das zonas periféricas. Portanto, o investimento na educação e na formação pode tornar-se num factor muito importante para mudar o rumo da realidade.

Outros entrevistados apontam os motivos políticos como sendo o principal factor para o parco desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. A centralização dos poderes na cidade de São Tomé dificulta ou impede o poder local de intervir mais facilmente em alguns assuntos directamente relacionados com a comunidade. Também foi referida a falta de uma gestão integrada entre os diferentes organismos públicos e privados.

### **a) Satisfação das Necessidades e Melhoria das Condições de Vida**

Quando se fala de projecto de desenvolvimento local, pressupõe-se que o mesmo seja uma via para a melhoria das condições de vida da comunidade receptora. Neste sentido, o projecto “Voador Panhá” procura trazer mudanças importantes a vários níveis para a comunidade de S. João dos Angolares.

Este projecto permitiu dar emprego directo a um grupo de jovens que anteriormente se encontravam desempregados ou fazendo alguns trabalhos ocasionais, de forma a suprimir algumas das suas necessidades básicas.

Sendo que a comunidade angolares se dedica principalmente à actividade da pesca, constatou-se que houve melhorias significativas nas condições de trabalho dos pescadores. Estes pescadores agora dispõem de um espaço - o CTPA - onde podem adquirir materiais de pesca a um valor mais baixo do efectuado noutros lugares.

A falta de materiais de pesca deixou, assim, de ser um dos principais problemas para os pescadores, pois passaram a poder recorrer ao Centro e usufruir dos materiais ali disponíveis. Tanto os sócios como os não-sócios podem usufruir das facilidades disponibilizadas pelo Centro. Os materiais de pesca são vendidos a um preço baixo ou alugados por uma quantia simbólica, o que possibilita aos pescadores conseguirem obter uma maior margem de lucro. É de frisar que a falta de dinheiro não impede que os pescadores beneficiem dos serviços do Centro, podendo estes proceder ao pagamento, no momento em que lhes for possível. Aos pescadores são disponibilizados: motores, fios, botes, redes, anzóis, bem como combustíveis.

A localização do Centro, à beira-mar, e o seu respectivo cais representam uma mais-valia para os pescadores, no que diz respeito às partidas e chegadas do mar com o pescado.

E o Centro funciona também como local de armazenamento de todo o pescado que os pescadores não consigam escoar, pois podem ser armazenados na arca frigorífica existente no Centro. Assim, o pescador não corre o risco de perder o pescado e, por consequência, os lucros provenientes da venda do mesmo.

O sector da restauração local que, na sua maioria, depende da pesca conta com maior quantidade de pescado, atraindo mais turistas.

Constatou-se, para além do mais, que houve um aumento da auto-estima da população ao verificar que o espaço anteriormente em ruínas, agora funciona como um importante meio para auxiliar e catapultar a economia da região, estando disponível para o usufruto de toda a comunidade.



Em termos habitacionais, o projecto permitiu que os jovens beneficiados directamente pelo mesmo passassem a possuir melhor rendimento, o que lhes permitiu investir no conforto do seu lar, passando a ter luz eléctrica, aparelho de televisão, e adquirindo outros bens. Há também quem tenha conseguido construir uma casa nova ou fazer reparações e melhorias nas suas. Transcrevemos, de seguida, um excerto ilustrativo das referidas alterações ocorridas graças ao Projecto.

*“Mudou sim, porque eu não tinha energia na minha casa, mas hoje tenho, não tinha televisor, mas hoje tenho”*. Entrev.7

Não conseguimos apurar casos de sucesso no resto da comunidade, donde se induz que o projecto não possui, por enquanto (até à data), condições suficientes para promover transformações económicas a nível geral.

Mas, por exemplo, em termos da saúde, passou a haver uma maior consciencialização sobre a importância daquela, tanto individual quanto pública. Foram construídas casas de banho públicas que estão sempre limpas e, desta forma, as pessoas estão mais mentalizadas de que efectuar as suas necessidades ao ar livre prejudica a sua saúde e a dos demais. Algumas famílias que residem ao pé do Centro pagam uma renda mensal para obter água canalizada e passou também a haver um maior cuidado com o tratamento do lixo.

Em relação à educação, também (ainda) não se verificaram mudanças ao nível geral da população mas, entretanto, o Projecto permitiu que alguns jovens fossem contemplados com formação de guia turístico no Instituto Superior Politécnico (ISP), na cidade de S. Tomé e também com formação de língua inglesa e francesa em Angolares, de modo a haver melhor comunicação com os turistas que visitam o local. Alguns jovens, influenciados pelo Projecto, voltaram a estudar à noite. Porém, a uma dada altura, alguns jovens desinteressaram-se das mencionadas aulas de línguas o que levou à desmotivação e desistência do formador. É de salientar que o formador pertence à comunidade e exerce a função de responsável do projecto. Um dos alunos explicitou:

*“Houve descontrolo entre nós dez, depois o próprio professor desinteressou-se e disse que não daria mais aulas, porque há muita falta de respeito”*. Entrev. 6

As melhorias registadas em termos de condições de trabalho dos pescadores e palaiês, permitiram que houvesse algumas melhorias em termos de rendimentos, embora estas não sejam muito significativas, para muitas das pessoas, por ser um projecto muito recente. Contudo, acrescentemos, o aumento de rendimento é também visto como algo meramente simbólico que veio ajudar no rendimento obtido por outros meios.

Em termos de alimentação, o Projecto (ainda) não catalisou que se dessem grandes mudanças.

### **b) Mobilização de Capacidades e Recursos Locais**

O Projecto “Voador Panhá” envereda pela valorização do que é local, designadamente das capacidades e dos recursos existentes no local, ou seja na comunidade de S. João dos Angolares. As actividades desenvolvidas tiveram, como pano de fundo, o aproveitamento dos conhecimentos e das capacidades da população e os dos recursos naturais aí existentes.

O Projecto apostou nos recursos humanos locais, na medida em que foram recrutados membros da comunidade para trabalhar naquele e levando a cabo, também, a formação dos mesmos para melhor desempenharem o seu papel. Os responsáveis do Centro e do Projecto são membros da comunidade. Contudo, esta função de chefia está comprometida, no sentido em que é dependente do parecer final dos mentores do projecto.

A população, no entanto, partilha com os turistas os conhecimentos que possui sobre a pesca tradicional. É a população local que guia os turistas pelos trilhos marítimos dos Angolares, com o objectivo de estes observarem a fauna marinha. As pessoas mais velhas da comunidade são mobilizadas para a realização de sessões de contos tradicionais, bem como para ensinar aos mais novos algumas técnicas de pesca que estes desconhecem. O Projecto aproveita também os grupos locais de danças e músicas tradicionais.

Em relação aos recursos locais, o bar do CTPA serve aos visitantes produtos locais como a dawa<sup>7</sup>, o vinho de palma, a fruta-pão e petiscos feitos a partir de produtos retirados do mar dos Angolares: peixe, polvo, búzio, ostras. Segundo os envolvidos:

*“Tiramos do mar o peixe, polvo, búzio, ostras, as plantas do mar, nós também aproveitamos a casca de ostras para servir de cinzeiro”*. Entrev.1

*“O Projecto aproveitou pedra, aproveitou areia e madeira (...) para construir o centro”*. Entrev.6

Assim, para a construção do Centro foram aproveitados recursos materiais locais como madeiras, pedras, areia, etc. A bancada do bar do Centro e parte da ponte foram feitas

---

<sup>7</sup> Bebida refrescante contida no coco, é mais conhecida por água de coco.

com coqueiros, as mesas com madeira local, e as cascas das ostras são usadas como cinzeiros. As canoas usadas foram construídas com madeira de acácia abundante na região.

No que diz respeito aos recursos financeiros, o projecto não contou com contributo monetário da comunidade, tendo em conta que esta não tem condições para o fazer. Todavia, os sócios do Centro pagam uma cota mensal, simbólica, de 10.000 Dobras<sup>8</sup>, que funciona como um fundo para as necessidades pontuais do CTPA.

Em termos de ferramentas, algumas pessoas levaram os seus próprios materiais para construção do Centro, como pás, picaretas, martelos, etc. É de salientar, que tanto as pessoas que integram o projecto como a população local, estiveram envolvidas na reconstrução do Centro e de forma voluntária.

### **c) Participação**

No que diz respeito ao processo de participação no projecto “Voador Panhá”, esta será analisada tendo, como base, a sua definição na perspectiva de José Henriques (1990) a seguir referidos:

- a) Organização autónoma e voluntária
- b) Defesa de interesses comuns
- c) Controlo das decisões, recursos e iniciativas de desenvolvimento

#### *a) Organização autónoma e voluntária*

Um projecto de desenvolvimento pressupõe que a participação da comunidade seja autónoma e voluntária, na medida em que não deve ser imposta, concedida ou doada. No que diz respeito à organização autónoma e voluntária, a participação da população apenas se iniciou quando um grupo de dez jovens pescadores foi contactado e convocado para uma reunião com os promotores do projecto. Nesta reunião, de carácter informativo, foram-lhes comunicadas as actividades decorrentes do Projecto. Os restantes membros da comunidade só tomaram conhecimento da existência do projecto quando o mesmo já se encontrava em andamento.

Os dez jovens inicialmente beneficiados pelo projecto, demonstraram vontade quase imediata em participar, estando motivados por razões pessoais, designadamente a satisfação

---

<sup>8</sup> Corresponde a cerca de 0,45 cêntimos, em Euro.

das suas necessidades pessoais em termos da educação e de outros benefícios que poderiam advir para os pescadores.

Inicialmente, houve grande dificuldade para convencer as pessoas a participarem no Projecto, tendo sido registada muita resistência. Isto deve-se ao facto das pessoas não estarem confiantes de que o projecto as beneficiaria realmente, desconfiando que os benefícios seriam exclusivamente para a Associação RoçaMundo, a ONG que o dirige. A preocupação fulcral da comunidade era se o projecto preveria impedir a comunidade de utilizar o espaço, tal como aconteceu no Ilhéu das Rolas<sup>9</sup>. As pessoas não acreditavam que tivesse um andamento positivo. É de ressaltar que a adesão da comunidade resultou de alguns trabalhos de sensibilização onde se procurou desmistificar o que pensavam do projecto. E foi necessário que a comunidade visse o desenrolar das actividades para acreditar.

Os entrevistados consideram que a participação é um método muito importante quando se trata de mudança sendo que, quando existe participação, o benefício é maior para a população, o que se reflecte em condições de vida mais condignas. A participação é vista como forma da comunidade ser valorizada e reconhecida no país, de forma a facilitar a sua integração social.

*“ O distrito é classificado como o pior de todos, e também o próprio sistema classifica-nos como pessoas atrasadas, ignorantes. É importante mostrar à sociedade no seu todo que nós somos diferentes do pensamento dos outros. Entrev.2*

*“Nem uma nem duas, nem três pessoas conseguem mudar uma comunidade. É necessária a participação massiva das pessoas para que possam tomar consciência que é necessário mudar o sentido das coisas”. Entrev.9*

*“Quando a comunidade tem o seu esforço implementado em qualquer tipo de projecto, as coisas ganham mais valor. Eles sentem que seus esforços estão lá metidos e as coisas têm melhor andamento”. Entrev.10*

Existe, portanto, a consciência de que a mudança depende da participação activa da comunidade, porque somente uma ou duas pessoas não conseguem levar adiante um projecto de desenvolvimento. Com a participação activa da comunidade, o próprio projecto é mais valorizado e tem maior probabilidade de ter resultados positivos e justos para todos. Para além disto, ressalvemos, o projecto não levou a uma auto-organização da comunidade ou de grupos da comunidade.

---

<sup>9</sup> No ilhéu das Rolas a população local foi impedida de frequentar o espaço onde foi construído o Resort pelo grupo empresarial “Pestana” e, posteriormente, convidada a abandonar o ilhéu em troca de uma determinada quantia.

*b) Defesa de interesses comuns*

Pela lógica de desenvolvimento local, a comunidade local deve assumir o rumo do seu desenvolvimento, participando activamente, através da identificação dos problemas que a afectam e da busca de respostas adequadas às situações.

Registamos a defesa de interesses comuns na comunidade de Angolares quando um grupo organizado de mulheres palaiês se dirigiu aos mentores do projecto com o intuito de solicitar a possibilidade de estas trabalharem no sentido de conseguirem obter microcrédito para elas, de forma a facilitar a compra e a salga do peixe e o seu devido escoamento na capital, S. Tomé. Foi graças a essa mobilização que os mentores têm, desde então, trabalhado de forma a conseguirem o tal microcrédito para as respectivas senhoras.

Outro caso revelador foi protagonizado pelos pescadores que sugeriram que houvesse no Centro um espaço onde estes se pudessem abrigar da chuva.

*c) Controlo das decisões, recursos e iniciativas de desenvolvimento*

A participação é um direito social inerente ao ser humano, uma forma do ser humano se auto-afirmar, assim, o controlo supra-mencionado é indispensável para o exercício daquela.

O envolvimento do grupo-alvo na elaboração do projecto de desenvolvimento local, proporciona a harmonia em relação ao conhecimento das partes envolvidas no trabalho, o que traz ao processo maior transparência e motivação para a participação.

No projecto “Voador Panhá” a concepção e a elaboração do plano de acção foram da responsabilidade dos promotores do mesmo. Passamos a citar:

*“Para a elaboração do projecto estavam envolvidas duas pessoas. (...) Mas a materialização foi de quatro pessoas”.* Entrev. 9

A participação da população foi, portanto, limitada, já que a comunidade local não assumiu, desde o início, o controlo do projecto, para apenas ter lugar na fase de implementação do projecto. Actualmente, a comunidade participa nas actividades desenvolvidas. A concepção do projecto e a identificação das actividades que conduziriam à sua concretização foi da autoria dos mentores. Partindo de uma ideia preliminar, apareceram com respostas que consideravam adequadas aos problemas que eles próprios diagnosticaram, dispensando a colaboração dos membros da comunidade, nesta fase.

Inicialmente, retomando a sistematização anteriormente enumerada, podemos afirmar que o projecto adoptou a forma de participação passiva, na qual as pessoas só participaram quando informadas do que iria acontecer ou já havia acontecido, pois não existiu qualquer tipo de diálogo ou consulta às pessoas.

Contudo, no início da implementação do Projecto, algumas pessoas da comunidade que participavam na construção do CTPA e outras, que por ali rondavam, foram transmitindo as suas preocupações e respectivas soluções, tanto para os promotores como para o responsável daquele.

A limitação da participação da população no processo decisório está também relacionada com a dificuldade dos membros da Associação RoçaMundo promoverem efectivamente formas participativas da e na comunidade.

Houve um momento em que o projecto foi confrontado com a falta de interesse e empenho dos jovens pescadores na actividade de pesca, justificando este desinteresse com a falta de actividades que os motivasse realmente. Esta situação mereceu a intervenção de Isaura Carvalho, uma das mentoras do projecto, que os questionou sobre a vontade destes em continuar no projecto.

Os autóctones possuem função de chefia no projecto (responsável do mesmo e do Centro são elementos da comunidade), mas têm uma participação passiva no que diz respeito à tomada de decisões, pois não possuem autonomia suficiente para gerir o espaço que se pretende ser da comunidade. As suas decisões são dependentes do parecer final dos promotores do projecto. Por exemplo, quando o responsável do Centro aceitou que fosse realizada uma actividade com um parceiro, que geraria rendimentos para o Centro e que, futuramente, contribuiria para a autonomia dos pescadores, foi confrontado com a repreensão e críticas dos mentores. O seu discurso é revelador da relação, por vezes difícil e ambígua, entre a *condução* do processo de desenvolvimento numa perspectiva participativa e os objectivos do Projecto.

*“A questão é, aquilo é um espaço dos pescadores ou não é? A gente pode negociar com eles ou tem que passar pela roça? É mesmo para serem independentes ou para não serem independentes?”* Entrev.12

#### **d) Visão Integrada e Parcerias**

O projecto “Voador Panhá” seguiu uma lógica de visão integrada. Na medida em que o mesmo abarca diferentes dimensões, tais como a social, cultural, turística, económica, pesca

e ambiental. Procura valorizar características culturais que, de alguma forma, começavam a estar esquecidos. O projecto contempla também, como já aludimos, a conservação do meio ambiente, bem como a mobilização dos recursos naturais e humanos locais.

Este projecto tem em consideração vários tipos de participantes que se encontram envolvidos nas diferentes actividades: crianças, adolescentes, jovens, adultos, homens e mulheres. As crianças e adolescentes estão envolvidas em actividades criativas e lúdicas, que contribuem para o desenvolvimento pessoal dos mesmos. Os jovens e adultos estão envolvidos nas restantes actividades.

O projecto articula várias áreas de intervenção, a partir do envolvimento de elementos da comunidade, sem contudo haver técnicos dessas diferentes áreas para os apoiar.

A concretização do projecto “Voador Panhá”, por parte da Associação RoçaMundo, só foi possível devido à colaboração e apoio de várias instituições, através de patrocínios e financiamentos, embora não se possa, efectivamente, falar de parceria porque essa implica que as entidades parceiras sejam parte integrante do processo de tomada de decisões, ao poderem, nomeadamente, sugerir algumas alterações que considerem necessárias ao projecto. *“Não há tarefas, só houve patrocínios, apoios financeiros e outros e as tarefas agora terminaram, agora somos nós que vamos fazer o trabalho de casa”*. Entrev.13

Podemos, no entanto, destacar os seguintes colaboradores: o apoio financeiro foi da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e a cedência do espaço para construção do CTPA foi da Câmara Distrital da Caué. A estes parceiros juntaram-se também o Instituto Marquês de Valle Flor no apoio material de canalização para as casas de banho e a Cruz Vermelha Internacional com o fornecimento de louças sanitárias e cobertura para as casas de banho. A reconstrução de parte da ponte teve o financiamento do holandês Pieter Van-Welzen, presidente da Fundação Clifford Chance.

## **2) Na Óptica de Turismo Comunitário**

Reconhecido como uma das formas do turismo solidário, o turismo comunitário privilegia um desenvolvimento voltado para a escala humana, ou seja coloca a pessoa no centro da acção e o objectivo é a procura da satisfação humana. Marques et al. (2009) identifica algumas características que podem ser encontradas quando se fala de turismo comunitário e o projecto “Voador Panhá” será analisado de acordo com as mesmas:

- a) Planeamento e desenvolvimento pela comunidade
- b) Integração harmoniosa nas diversas dinâmicas colectivas das actividades
- c) Benefícios para a comunidade local.

Considerada como uma comunidade pesqueira tradicional, a realidade vivida pela comunidade de S. João dos Angolares é marcada pela luta diária pela sobrevivência, o que poderia ser um factor favorável à participação da população no processo de tomada de decisões. Embora os apologistas do turismo comunitário defendam que este deve ser planeado pela comunidade, no projecto “Voador Panhá” isso não aconteceu. Como já foi referido na alínea c) do ponto anterior, a iniciativa e a tomada de decisões foram de autoria dos promotores do projecto, que não fazem parte da comunidade. Portanto, a comunidade local não se apropriou de nenhuma das actividades desenvolvidas, ou seja, ela não possui real domínio sobre as actividades.

Não é a comunidade que se organiza e decide levar a cabo alguma das actividades ou decidir por outra, se assim pretender. O projecto convocou e capacitou dez jovens pescadores para integrarem as várias actividades, apesar de que outros membros da comunidade também são partes integrantes das actividades, como aliás, já atrás fizemos referência.

Os atractivos de S. João dos Angolares são incontestáveis. As actividades desenvolvidas permitem que o turista conheça de perto a cultura e os hábitos locais. O visitante pode saborear alguns petiscos preparados por um cozinheiro local a partir de produtos locais. Os passeios pelos trilhos marítimos são da responsabilidade dos guias turísticos locais, onde os turistas podem observar as espécies marinhas endémicas, e experimentar a realização de várias formas de pesca artesanal. O turista passa a conhecer também, através da comunidade, as danças tradicionais, o Quiná e o Bligá e música tradicional, o Bulawê, e não deixam de ouvir as velhas histórias de origens e tradições da comunidade, contadas pelos mais velhos.

Relativamente à relação entre o turista e comunidade, aquela não se baseia numa relação de sobreposição da comunidade ao turista ou vice-versa. É um tipo de relacionamento capaz de criar laços de amizade entre estes actores que ultrapassa as relações meramente comerciais. A população não tem que fazer nada apenas por causa dos turistas. Por exemplo, no caso de dançarem, será por alguma razão genuinamente interna e não apenas devido à presença dos turistas. As populações autóctones não são influenciadas pelos turistas, não se



verificando uma descaracterização cultural e assumindo-se, o mais das vezes, uma relação de intercâmbio, de troca de experiência (s).

“... não é aquela relação que muitas vezes nós pensamos que é dependência (...). O projecto também visa inculcar na cabeça da comunidade que nós temos que manter a nossa postura perante os outros que vêm e mostrar também que nós temos coisas para lhes dar”. Entrev. 6

Em relação aos benefícios proporcionados pelo modelo de turismo comunitário, poderá releser-se na alínea a) do ponto um, do sexto capítulo.

A comunidade angolar possui uma identidade cultural reconhecida como única, resultado do seu afastamento da influência directa dos colonizadores, tendo esta conseguido manter as suas características culturais ao longo do tempo. Este modelo de turismo tem contribuído para a preservação da identidade cultural dessa comunidade.

As pessoas mais jovens da comunidade que, até recentemente, agiam com indiferença à cultura local começaram a interessar-se mais e a participar nas actividades.

Em termos de valorização ambiental, as actividades desenvolvidas despertam uma consciência ecológica. Existe uma preocupação em agir inversamente à prática de qualquer atentado contra a Natureza preservando, assim, a biodiversidade local. Os roteiros respeitam a conservação da região e procuram gerar o menor impacto possível no meio ambiente. Desde o início, o Projecto privilegia a conservação ambiental, daí ter começado por ser trabalhado com um biólogo da Universidade dos Açores. O Projecto preocupa-se com a protecção do rio com zona de mangais e com o fundo marinho da baía dos Angolares. Sendo a protecção do meio ambiente uma vontade constante e global, está a ser desenvolvido um projecto de defesa de meio ambiente de uma forma integrada e articulada com a *World Wildlife Fund* (WWF). Foram construídas casas de banho públicas, de forma a que as pessoas deixassem de fazer as suas necessidades fisiológicas ao ar livre. As pessoas são informadas que não devem cortar as árvores, nem retirar área da praia de forma abusiva. Os pescadores não devem capturar os peixes mais pequenos, evitando usar redes de malhas pequenas. As pessoas são impedidas de realizar caça aos animais em via de extinção. São efectuadas limpezas na praia e na vila e existe uma crescente preocupação com o tratamento do lixo.

## VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir este processo de pesquisa, no qual se procurou desenvolver uma estrutura analítica que permitisse avaliar a contribuição do Turismo Comunitário para o processo de desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe, este ponto consiste em realçar as principais conclusões da investigação e fazer algumas sugestões.

Este estudo apoiou-se num quadro teórico envolto em conceitos como o desenvolvimento local, a participação e o turismo comunitário. Como estudo de caso, optámos pelo projecto “Voador Panhá” dirigido pela Associação de desenvolvimento local “RoçaMundo”.

O trabalho de investigação pretendeu aferir se o turismo comunitário representa uma boa forma de desenvolvimento para STP e verificar se este é coerente com os princípios estratégicos e orientadores do desenvolvimento local e se os seus resultados respondem as necessidades da população.

As maiores dificuldades encontradas durante a investigação no terreno prenderam-se com a deslocação para Angolares, designadamente com a escassez de transportes públicos e a enchente de utentes dessa derivada, bem como à degradação da via de acesso. Outra dificuldade encontrada decorre da barreira linguística em relação aos entrevistados da comunidade local, na medida em que a maior parte das pessoas estão habituadas a falar com mais frequência a sua língua materna, que é o “ngolá”, e muitas não conseguiam, por vezes, interpretar o que se queria dizer na língua portuguesa. Outra dificuldade deveu-se à pouca disponibilidade de um dos entrevistados, que é um dos promotores do projecto, considerado bastante relevante para o estudo.

Os conceitos utilizados no enquadramento teórico revelaram-se deveras importantes e úteis para a análise proposta, pois permitiram confrontar a teoria e a prática, ao mesmo tempo possibilitando que se definissem as dimensões de análise nas quais se iria trabalhar, tanto na etapa de preparação como na chegada ao terreno.

Após serem feitas as análises do projecto “Voador Panhá”, tendo como alicerce os conceitos acima referidos, podemos agora proceder à validação ou refutação das duas hipóteses de investigação inicialmente propostas.

Relativamente à primeira hipótese, segundo a qual “na actividade turística comunitária, a comunidade local participa na tomada de decisões e tem o controlo efectivo do seu próprio desenvolvimento” não se confirmou que, de facto, é a comunidade quem toma as decisões. Através dos entrevistados constatámos que as decisões foram tomadas por pessoas

externas à comunidade e que esta se limitou apenas a executar as actividades que lhes foram solicitadas, ou seja, a comunidade aparece como mão-de-obra. Deste modo, existe uma aparente falta de coerência entre a teoria e a prática, designadamente, entre o projecto aqui analisado e as premissas do conceito de desenvolvimento local. Devemos mesmo salientar que os pontos fortes que poderiam fazer com que este projecto fosse considerado como um projecto de DL foram menos conseguidos, em relação às fragilidades encontradas.

Não obstante, este é um projecto que assenta no processo de mudança, numa comunidade em que algumas necessidades foram satisfeitas. Assim, durante a investigação foi-nos possível identificar algumas dessas que têm contribuído e contribuem para o processo de mudança a nível local, designadamente as necessidades no que diz respeito a: emprego para alguns jovens desempregados; condições de trabalho dos pescadores na medida em que já possuem um espaço deles, onde para além de lhes favorecer a logística de armazenamento e comercial – através da possibilidade de congelar o pescado não escoado - serve também para adquirirem materiais de pesca a baixo custo; a localização do cais perto do Centro que facilita as idas e vindas marítimas dos pescadores; possibilitou pequenas melhorias em termos habitacionais, de saúde, educação e rendimento.

Assim, defendemos que as satisfações das necessidades deveriam ser conseguidas através da mobilização das capacidades e dos recursos locais e de uma forma participada pela comunidade e em parceria, mas, na realidade, encontrámos grandes fragilidades.

Este é um projecto que não partiu de uma perspectiva de “baixo para cima” (*bottom-up*), antes esta iniciativa de intervenção para introduzir mudanças na comunidade é uma proposta «de cima para baixo» (*top-down*) e de “fora para dentro”.

Neste projecto faltou uma efectiva participação da população, revelando que o projecto não teve em conta o verdadeiro sentido do conceito de participação. A mobilização e participação da comunidade local é um princípio de desenvolvimento local que deve estar sempre presente em projectos de desenvolvimento, na linha do que é defendido, em termos teóricos, por José Henriques.

No que se refere à organização autónoma e voluntária, o estudo permitiu verificar que não houve, por parte do Projecto, a capacidade de levar a população a se auto-organizar em busca do seu desenvolvimento, não investindo assim na sua capacitação para a acção colectiva. Contudo, quando questionados sobre a importância da participação para a mudança, todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que a participação contribui para valorizar uma comunidade e o próprio projecto. Verificamos ainda que, relativamente à defesa de interesses comuns, não tendo havido a oportunidade de expor as suas preocupações desde o

início do Projecto, um grupo da população foi expressando as suas necessidades de forma informal. Consequentemente, foi solicitada a possibilidade do projecto conseguir obter microcréditos para as palaiês e também a construção de um espaço no Centro onde os pescadores se pudessem abrigar da chuva.

Constatamos que, em relação ao controlo de decisões, recursos e iniciativas de desenvolvimento, a participação da comunidade foi limitada, pois esta não assumiu, desde o início, o rumo do projecto. A associação RoçaMundo que deveria ter um papel de facilitadora em todo o processo, acaba por se afirmar como parte integrante da comunidade e, com esse argumento, apropriar-se do projecto.

Os membros da comunidade que assumem posições de chefia, nomeadamente, o responsável do Centro e um responsável do projecto, não possuem, como ficou claro, autonomia suficiente para tomar as decisões que consideram correctas para o projecto, sendo que este projecto é exclusiva e hierarquicamente *dirigido* pela associação RoçaMundo.

Outro aspecto do projecto que se revelou frágil, foi o da mobilização dos recursos humanos locais. A população representa uma mão-de-obra para o projecto, na medida em que apenas são solicitados para realizarem actividades. A mobilização dos recursos financeiros é quase inexistente, realçando-se apenas o pagamento mensal de cotas.

Por sua vez, a mobilização dos recursos naturais foi bem conseguida, porque o projecto aproveita os existentes na região para as suas actividades. Embora reduzidamente, também se registou a mobilização dos instrumentos de trabalho da comunidade, como pás, picaretas, etc., na fase de construção do Centro.

O trabalho em parceria também se revelou negligenciado e não foi verdadeiramente conseguido. As entidades referenciadas nas entrevistas não tiveram papel de parceiros, como deveriam ter tido, à luz de um processo de desenvolvimento local. Não existiram intervenções articuladas entre as entidades envolvidas, na medida em que as suas intervenções se limitaram apenas a patrocínios e financiamento do Projecto. Uma verdadeira parceria com a Câmara Distrital de Caué seria essencial para este tipo de projecto. A Câmara poderia servir de elo de ligação entre a comunidade e o projecto, diminuindo as dificuldades sentidas em termos de resistência ao Projecto. E mesmo no decorrer de projectos assim, podem ocorrer muitas situações que requeiram apoios de várias espécies da Câmara. Outra fragilidade em relação à parceria foi o não- aproveitamento dessas entidades para dali retirarem técnicos de diferentes áreas para que pudessem suprir a falta de especialistas que pudessem acompanhar o Projecto, consoante as actividades desenvolvidas.

Relativamente à segunda hipótese, segundo a qual o turismo comunitário tem um papel fundamental na melhoria do bem-estar da população local, pois esta beneficia directamente dos recursos socioeconómicos que esta actividade gera, podemos avançar com a sua confirmação. Isto porque conseguiu melhorar a vida de algumas pessoas em termos de emprego, educação, habitação e no saneamento do meio para um número mais significativo de pessoas. Estas melhorias, por enquanto, apenas afectam um grupo da comunidade, porque o Projecto não possui condições para abranger toda a população mas, com o amadurecimento do mesmo, pensamos que esta realidade pode mudar. É um Projecto que atenuou a difícil vida dos pescadores e palaiês pois, ao mesmo tempo que o Centro funciona como Centro turístico, dá também diversos apoios em termos de materiais de pesca, o que se traduziu em melhores condições de trabalho em geral e, em particular, na melhoria dos rendimentos.

Ainda em termos de benefícios para a comunidade local, este é um Projecto que procurou, desde o início, respeitar a identidade cultural da comunidade local, integrando sempre as actividades que têm a ver com a sua cultura. Preocupou-se também com a valorização ambiental, despertando a comunidade local para a consciencialização de que é preciso proteger o meio ambiente. Assim, as acções do projecto são realizadas tendo em conta a consciência ecológica.

As dimensões de análise dos conceitos teóricos revelaram-se muito importantes no momento da recolha de dados no terreno pois, a partir delas, foi possível seleccionar os indicadores que ajudaram a elaborar o guião das entrevistas. O conceito de desenvolvimento local foi, de facto, útil para a investigação, na medida em que foi ao encontro das suas dimensões de análise. Esta investigação vem reforçar a importância das dimensões do conceito de desenvolvimento local que constituem princípios orientadores do processo e que devem estar sempre presentes nas iniciativas de desenvolvimento, sendo que só quando contempladas estas dimensões, se pode coerentemente falar de um verdadeiro desenvolvimento local. Através da interpretação dos dados fornecidos pela dimensão de análise foi-nos possível constatar que o projecto “Voador Panhá” não se enquadra efectivamente nos termos de um projecto de desenvolvimento local, embora tenha alguns pontos que convergem nesse sentido.

De acordo com as conclusões alcançadas no âmbito da investigação, é possível fazer algumas sugestões ao nível do Projecto, aos mentores do projecto e ao Estado santomense.

O Projecto deve seguir os pressupostos teóricos do desenvolvimento local, de forma a ser possível haver um impacto geralmente positivo e sustentável. Consideramos

fundamental que os mentores do Projecto promovam a participação e o envolvimento da população no processo, o que cria uma maior mobilização desta, na resposta e resolução dos seus problemas. É extremamente pertinente que o Estado comece a dar atenção e apoio a esta forma de desenvolvimento, ainda pouco habitual na realidade santomense, incentivando a capacitação das comunidades locais de forma a se auto-organizarem em prol do seu desenvolvimento.

Algumas questões tratadas neste estudo deveriam ser mais aprofundadas, nomeadamente as relacionadas com os benefícios directos gerados pelo turismo comunitário à comunidade local, que acabou por ser pouco explorada por falta de informações, resultantes das dificuldades acima referidas. Também teria sido interessante analisar outros projectos do mesmo tipo, de forma a tecer uma análise comparativa e, com isso, ter uma leitura mais global do(s) potenciais benefícios gerados. Tendo nós observado (directa e indirectamente) a pertinente necessidade de haver uma efectiva participação da população (não-instrumental) neste Projecto e a implicação (e apropriação) da comunidade nestes processos, que se querem de desenvolvimento participativo, gostaríamos de ter analisado melhor o lado da comunidade, para melhor compreendermos a dimensão de construção de cidadania activa, que este Projecto (e outros semelhantes) podem fomentar ou inibir.

Assim, estas pistas poderão vir ainda a complementar este estudo, que representa apenas o início de uma investigação mais geral sobre a questão do turismo comunitário como forma de desenvolvimento local num país ainda pouco desenvolvido, como é o caso de São Tomé e Príncipe.

## VIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEGRE, Ester C. (2007), “*O Sector Informal em S. Tomé e Príncipe: Os candongueiros na cidade capital*”. Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos - Desenvolvimento Social e Económico em África: Análise e Gestão. Lisboa: ISCTE.
- AMARO, Rogério R. (2000) – O conceito de desenvolvimento local no quadro da revisão do conceito de desenvolvimento. In *Desenvolver (Des) Envolvendo – Reflexões e pistas para o desenvolvimento local*. Messejana: Esdime – Agência para o Desenvolvimento do Alentejo Sudoeste, p. 155-169.
- AMARO, Rogério R. (2003), “*Desenvolvimento - Um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*”. Cadernos de Estudos Africanos, n.º 4, pp. 35 – 70.
- AMARO, Rogério R. (Coord.) (1992) *Iniciativas de Desenvolvimento local - Caracterização de alguns exemplos*. Lisboa: ISCTE/IEFP.
- ANIMAR (1998) – *Declaração de Amarante: Desenvolvimento Local: Uma Oportunidade de Futuro*. Vialonga: Animar.
- ANIMAR (1996) – *Declaração de Tondela: II Assembleia do Desenvolvimento Local*. Vialonga: Animar.
- BANDEIRA, Pedro (1999), *Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional*. [http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_99/td\\_630.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/td_630.pdf) [acedido em 15 de Abril de 2009].
- BAPTISTA, Mário (1990) *O Turismo na Economia: Uma abordagem técnica, económica, social e cultural*. Lisboa: Instituto Nacional de Formação Turística.
- BELL, Judith (1997) *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- BRITO, Brígida Rocha. (2004), “*Turismo Ecológico: Uma via para o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe*”. Tese de Doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais. Lisboa: ISCTE.
- BRUNEL, Sylvie (2009) “*Turismo e Mundialização: rumo a uma disneylandização universal?*”. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, Vol.8, nº 15, 7-18.
- BUARQUE, Sérgio C. (1999), “*Metodologia de planeamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*”. Brasília: INCRA/IICA. <http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/SergioBuarque.pdf> [acedido em 15 de Janeiro de 2010].
- CAMACHO, Denise; Freitas, Rute; Darine, Neto; Pereira, Aude (2009), “*Planeamento Participativo no Desenvolvimento Local*”. Trabalho realizado para a cadeira de Metodologias de Planeamento e Avaliação de Projectos de Desenvolvimento no âmbito

do Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais: Análise e Gestão. Lisboa: ISCTE-IUL. Trabalho não publicado

CÂMARA Distrital de Caué (2008), “*Plano de Desenvolvimento de Caué: Bem-estar e qualidade de vida*”. Caué.

CAMPOS, Marcus V. (2008) “Turismo na África: A actividade turística como perspectiva de alternativa futura ao continente” *Pasos-Revista de Turismo y Património Cultural*, Vol.6, nº1, 121-127.

[http://www.pasosonline.org/Publicados/6108/PS0108\\_11.pdf](http://www.pasosonline.org/Publicados/6108/PS0108_11.pdf) [acedido em 12 de Março de 2010].

CAPUCHA, Luís (1998) “Pobreza, Exclusão Social e Marginalidade” in Viegas, José; COSTA, António (eds.) *Portugal, que Modernidade?*. Oeiras: Celta, 209-214.

CARDOSO, Maria Manuela Lemos e C.(2005) “Importância da criação de infra-estruturas e da formação de recursos humanos no desenvolvimento: os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe” *Dissertação de Doutoramento em Estudos Africanos*. Lisboa: ISCTE.

COSTA, Jorge et.al (2001) *Tendências Internacionais em Turismo*. Mafra: LIDEL.

COMOANE, Ana (2007) *Impacto da Política de Desenvolvimento em Turismo- O caso dos PMAs, em Especial Moçambique: Contingências e Estratégias*. Coimbra: Almedina.

CUNHA, Licínio (2006) *A Economia e Política do Turismo*. Lisboa: Verbo.

DIRECÇÃO do Turismo e Hotelaria de S. Tomé e Príncipe (s.d.), “Fluxos Turísticos em S. Tomé e Príncipe”. S. Tomé.

DIRECÇÃO do Turismo e Hotelaria de S. Tomé e Príncipe (s.d.), “Turismo: Entrada de Estrangeiros nas Fronteiras, segundo o país da Nacionalidade - 2004-2008”. S. Tomé.

ESDIME – Desenvolver Desenvolvendo -Práticas e pistas para o desenvolvimento local no Alentejo. Esdime – Agência para o Desenvolvimento do Alentejo Sudoeste, 1997.

FRAGOSO, António (2005a) “Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual”. *Revista Lusófona de Educação*, nº 001, 23-51. [http://www.journaldatabase.org/articles/106604/Desenvolvimento\\_Participa.html](http://www.journaldatabase.org/articles/106604/Desenvolvimento_Participa.html) [acedido em 22 de Janeiro de 2009].

FRAGOSO, António (2005b), “Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: o ensaio baseado em experiencias investigativas”. *Revista Lusófona de Educação*, nº 005, 63-83. [http://rleducacao.ulusofona.pt/arquivo\\_revistas/Educacao05/pdf05/artigos\\_antoniofragoso.pdf](http://rleducacao.ulusofona.pt/arquivo_revistas/Educacao05/pdf05/artigos_antoniofragoso.pdf) [acedido em 22 de Março de 2009].

FRIEDMANN, John (1996), *Empowerment – Uma política de desenvolvimento alternativo*. [Oeiras] Celta.



- GUERRA, Isabel C. (2006), *Participação e acção colectiva - Interesses, conflitos e consensos*. Cascais: Principia.
- UNIVERSIDADE de Columbia (2008) Guia do Investidor para S. Tomé e Príncipe. Nova Iorque: Universidade de Columbia.  
<http://www.vcc.columbia.edu/pubs/documents/SaoTome-sept11portu.pdf> [acedido em 25 de Novembro de 2009].
- HENRIQUE, José M. (1990), *Municípios e desenvolvimento: caminhos possíveis*. Lisboa: Escher.
- INESTP: Instituto Nacional de Estatística de S. Tomé e Príncipe, (s.d.), *Indicadores do Emprego e Desemprego Por Grupo Etário, 2001-2008*. S. Tomé.
- MARQUES, Joana et al. (2009) “ Da Economia Solidária ao Turismo Solidário: para uma conceptualização e práticas reflexivas” in Brito, Brígida (coord.) *Desenvolvimento Comunitário: das teorias as práticas. Turismo, ambiente e práticas educativas e S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Gerpress, 83-97.
- MATIAS, Álvaro (2007) *Economia do Turismo: teoria e prática*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MENDONÇA, Teresa Cristina de M. (2004) “ *Turismo e Participação Comunitária: Prainha de Canto Verde, a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou?*”. Dissertação de Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ.  
[http://www.psicologia.ufrj.br/pos\\_eicos/pos\\_eicos/arqanexos/arqteses/teresacristinamenonca.pdf](http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/arqteses/teresacristinamenonca.pdf) [acedido em 15 de Junho de 2009].
- MINISTÉRIO de Plano e Finanças (2002), *Estratégia Nacional de Redução da Pobreza*. S. Tomé.
- MONTEIRO, Gizela G. (2008) “*Empowerment: Uma estratégia de luta contra a pobreza e exclusão social em Cabo Verde: o caso de Lajedos*”. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais. Lisboa: ISCTE.
- OMS: Organização Mundial da Saúde, (2009) “Estratégia de Cooperação: Resumo”,  
[http://www.who.int/countryfocus/cooperation\\_strategy/ccsbrief\\_stp\\_09\\_po.pdf](http://www.who.int/countryfocus/cooperation_strategy/ccsbrief_stp_09_po.pdf) [acedido em 24 de Fevereiro de 2010].
- OMT (2010) Resultados del turismo internacional en 2009 y perspectiva para 2010.  
[www.unwto.org](http://www.unwto.org) [acedido em 20 Março de 2010].
- PINHO, Carla S.(2007), “*O papel do turismo no desenvolvimento local: o caso de Óbidos*”. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais. Lisboa: ISCTE.
- PRETTY, Jules N., Guijt, Irene., Thompson, John e Scoones, Ian (1995), *Participatory learning and action – A trainer’s guide*. Londres: IIED.

- QUIVY, Raymond., Campenhoudt, Luc Van (2005), Manual de Investigação em Ciências Sociais, 4ª edição. Lisboa: Trajectos.
- RITA, Paulo (1995) "O turismo em perspectiva: caracterização e tendências do mercado internacional". Revista Portuguesa de Gestão. Lisboa: INDEG-ISCTE.
- ROLO, Joaquim C., Batista, Fernando O. (2006), População Rural e Espaço. Vialonga: ANIMAR.
- SACHS, Jeffrey (2005) *O Fim da Pobreza: Como consegui-lo na nossa geração*. Cruz Quebrada: Casa das Letras.
- SANTO, Armindo de Ceita do Espírito (2009), S. Tomé e Príncipe: problemas e perspectivas para o seu desenvolvimento. Lisboa: Edições Colibri.
- SILVA, Maria M. (1964) “*Oportunidade de Desenvolvimento Comunitário em Portugal*” in *Análise Social*, nº 7/8.
- UNDP: United Nations Development Programme, (2010) "International Human Development Indicators”, <http://hdr.undp.org/en/statistics/?iframe=true&width=100%&height=100%> [acedido em 25 de Outubro de 2010].
- VELEZ, Miguel (2000) – Das experiências ao desenvolvimento local. In *Desenvolver (Des) Envolvendo – Reflexões e pistas para o desenvolvimento local*. Messejana: Esdime – Agência para o Desenvolvimento do Alentejo Sudoeste. p. 137-144.
- VIEIRA, João M. (1997) *A Economia do Turismo em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

## **IX - ANEXOS**

A- FOTOGRAFÍAS DO PROJECTO .....	84
B- DADOS ESTATÍSTICOS .....	88
C- GUIÃO DE ENTREVISTA.....	89

## A- FOTOGRAFÍAS DO PROJECTO

Centro Turístico de Pesca Artesanal-Voador Panhá



Canoas do Centro



Equipamentos de Pesca Disponíveis no Centro





Baía de Santa Cruz



Bar do Centro



Cinzeiro de Casca de Ostra



Casas de Banho



Palaiês



Pescadores Artesanais



**B) DADOS ESTATÍSTICOS****1-Previsão do Turismo Internacional para 2010**

	2009	Presivão para 2010
<b>Mundo</b>	-4%	[3%,4%]
<b>Europa</b>	-6%	[1%,3%]
<b>Ásia e Pacífico</b>	-2%	[5%,7%]
<b>Américas</b>	-5%	[2%,4%]
<b>África</b>	5%	[4%,7%]
<b>Médio Oriente</b>	-6%	[5%,9%]

Fonte : Organização Mundial do Turismo

**2 - População Empregada e Desempregada, 2001-2008**

<b>População Empregada</b>	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Homem	28.472	27.201	28.492	28.055	23.843	24.358	24.967	25.591
Mulher	15.508	17.273	17.354	16.712	19.766	20.897	21.419	21.955
Total	43.980	44.474	45.846	44.767	43.609	45.255	46.386	47.546
<b>População Desempregada</b>	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Homem	3.062	3.745	3.252	3.353	3.198	4.276	3.609	3.694
Mulher	5.150	5.771	5.718	5.546	5.947	4.618	5.370	5.312
Total	8.212	9.516	8.970	8.899	9.145	8.894	8.979	9.006

Fonte : INESTP

**3 - Companhias Aéreas**

<b>Companhia Aérea</b>	<b>País de Origem</b>
STP Airways	S.Tomé
TAAG –Angolan Airlines	Luanda- Angola
TAP Air Portugal	Lisboa – Portugal
Air Service -Gabon	Libreville-Gabão
Aero Contractor	Lagos- Nigéria

Fonte : [www.turismo-stp.org](http://www.turismo-stp.org)



## **C) GUIÃO DE ENTREVISTA**

### **A Comunidade Local**

#### **Participação**

- 1- Como soube da existência do projecto?
- 2- Para si é importante participar?
- 3- Quando soube do projecto quis logo participar? Ou participaria no projecto?
- 4- O que o incentiva a participar?
- 5- Na sua opinião, a participação da comunidade é importante num processo de mudança?
- 6- Deu a conhecer alguns problemas que afligem a comunidade e propôs soluções aquando da construção do projecto?
- 7- Acha que houve participação da comunidade na concepção e implementação do projecto? (Questão feita apenas aos responsáveis do centro e do projecto).
- 8- Sugeriu alguma actividade para o projecto?
- 9- Participa em alguma actividade?
- 10- Acha que foi fácil convencer a comunidade a participar? (Questão feita apenas aos responsáveis do centro e do projecto).
- 11- Acha que toda a comunidade foi informada da existência do projecto? (Questão feita apenas aos responsáveis do centro e do projecto).
- 12- Acha que a construção do projecto foi colaborativa entre os seus beneficiários?
- 13- Quantas pessoas estiveram envolvidas no processo de tomada de decisões?
- 14- Quantas actividades são desenvolvidas pelo projecto? (Questão feita apenas aos responsáveis do centro e do projecto).

#### **Desenvolvimento Local**

- 1- Na sua opinião quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver em particular a comunidade do S. João dos angulares? (Questão feita apenas aos responsáveis do centro e do projecto).

- 2- Acha que o projecto mudou de alguma forma a vida da comunidade?
- 3- Na sua opinião houve melhorias em termos de habitação?
- 4- E em termos de acesso a saúde?
- 5- Acha que o projecto contribuiu de alguma forma para maior acesso a educação?
- 6- Acha que houve melhorias em termos de alimentação?
- 7- Na sua opinião o projecto trouxe maior rendimento à comunidade?
- 8- Qual é o papel que desempenha no projecto?
- 9- Forneceu algum material para o projecto?
- 10- Contribuiu com algum valor monetário?
- 11- Os recursos naturais locais são aproveitados?
- 12- Os recursos humanos locais são mobilizados? (Questão feita apenas aos responsáveis do centro e do projecto).
- 13- Qual era a situação da comunidade antes da existência do projecto?

### **Turismo Comunitário**

- 14- Quantas e quais são as actividades desenvolvidas pelo projecto?
- 15- Em quantas actividades há envolvimento da população?
- 16- Está envolvido em alguma actividade do projecto?
- 17- De que forma a população está envolvida?
- 18- Acha que existem trocas culturais entre o turista e a comunidade local?
- 19- O que acha do turismo comunitário?
- 20- Para si, o projecto preocupa-se com a conservação ambiental?
- 21- Acha que a cultura local ganha com o projecto?

## **Os Observadores Privilegiados**

### **Participação**

- 1- Na sua opinião a participação da comunidade é importante num processo de mudança?
- 2- Acha que houve participação da comunidade na concepção e implementação do projecto?
- 3- Participa em alguma actividade?
- 4- Acha que foi fácil convencer a comunidade a participar?
- 5- Acha que toda a comunidade foi informada da existência do projecto?
- 6- Acha que a construção do projecto foi colaborativa entre os seus beneficiários?

### **Desenvolvimento Local**

- 7- Na sua opinião quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver em particular a comunidade do S. João dos angolares?
- 8- Acha que o projecto mudou de alguma forma a vida da comunidade?
- 9- Os recursos naturais locais são aproveitados?
- 10- Os recursos humanos locais são mobilizados?
- 11- Qual era a situação da comunidade antes da existência do projecto?

### **Turismo Comunitário**

- 12- Acha que existem trocas culturais entre o turista e a comunidade local?
- 13- O que acha do turismo comunitário?
- 14- Para si projecto preocupa-se com a conservação ambiental?
- 15- Acha que a cultura local ganha com o projecto?

### **Mentores do Projecto**

- 1- Na sua opinião a participação da comunidade é importante num processo de mudança?
- 2- Deu a conhecer alguns problemas que afligem a comunidade e propôs soluções aquando da construção do projecto?
- 3- Sugeriu alguma actividade para o projecto?
- 4- Acha que foi fácil convencer a comunidade a participar?
- 5- Acha que toda a comunidade foi informada da existência do projecto?
- 6- Acha que a construção do projecto foi colaborativa entre os seus beneficiários?
- 7- Quantas pessoas estiveram envolvidas no processo de tomada de decisões?

### **Desenvolvimento Local**

- 8- Na sua opinião quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver em particular a comunidade do S. João dos angolares?
- 9- Acha que o projecto mudou de alguma forma a vida da comunidade?
- 10- Na sua opinião houve melhorias em termos de habitação?
- 11- A comunidade contribuiu com algum valor monetário?
- 12- Os recursos naturais locais são aproveitados?
- 13- Os recursos humanos locais são mobilizados?
- 14- Forneceu algum material para o projecto?
- 15- Qual era a situação da comunidade antes da existência do projecto?
- 16- Existem dimensões que integram o projecto?
- 17- Técnicos de várias áreas estão envolvidos?
- 18- Existem associações ou entidades envolvidas?
- 19- O projecto tem parceiros envolvidos?
- 20- Cada parceiro contribui e tem tarefas no projecto?
- 21- As actividades são realizadas em parceria?

### **Turismo Comunitário**

- 22- Quantas são as actividades desenvolvidas pelo projecto?
- 23- Em quantas actividades há envolvimento da população?
- 24- De que forma a comunidade está envolvida?
- 25- Acha que tem havido ganhos de rendimento para a comunidade?
- 26- Acha que tem havido melhoria na habitação e nas condições de vida em geral?
- 27- Acha que existe trocas culturais entre o turista e a comunidade local?
- 28- Para si projecto preocupa-se com a conservação ambiental?
- 29- Acha que a cultura local ganha com projecto?
- 30- Quais foram as principais dificuldades encontradas na implementação deste projecto?